

Diário de Lisboa

DIRECTOR — JOAQUIM MANSO

DIRECTOR-ADJUNTO — NORBERTO LOPES

TELEF.: 20271, 20272, 20273, 21154 e 21155
ENDEREÇO TELEGRÁFICO: DIBOAREDACÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
RUA LUZ SORIANO, 44 a 48 — LISBOAPROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRÁFICA
ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ROSA, 57, 2.ºEDITOR — J. CHRISOSTOMO DE SA
NUMERO AVULSO: 80 CENTAVOS

O presidente do Conselho discursando na Assembleia Nacional

O caso de Goa na Assembleia Nacional

Estamos prontos a negociar mas não podemos ceder sobre a soberania portuguesa

— afirmou esta tarde o chefe do Governo
depois de analisar a situação criada pela União Indiana

Publicamos em seguida o notabilíssimo discurso que o sr. presidente do Conselho proferiu hoje na Assembleia Nacional acerca do caso de Índia Portuguesa, conforme a notícia que noutra lugar inserimos:

«Senhor Presidente: A Câmara de-sejará ser informada, por declaração

directa do Governo, acerca da questão de Goa ou, seja, de conjunto de problemas suscitados pelas pretensões da União Indiana à integração, debaixo da sua soberania, do Estado Português da Índia. São conhecidos os principais factos e mesmo as posições fundamentais e atitudes assumidas pelos dois governos. Não cansarei a

Assembleia com o seu relato nem repetirei o que em declarações anteriores pude dizer dos principais aspectos, políticos e jurídicos, desta questão.

Depois dessas minhas declarações, porém, verificaram-se e estão decorrendo factos da maior gravidade relativamente aos territórios portugueses; nota-se excepcional virulência em campanhas conduzidas por elementos mais ou menos responsáveis da política e da Imprensa da União Indiana; desenvolve-se toda uma teoria de reclamações e protestos infundados, ao mesmo tempo que chegam a desconcertar as respostas às queixas por nós apresentadas contra a violação de direitos que se suporiam por toda a parte reconhecidos e respeitados; conhece-se a reacção internacional a este propósito: estamos talvez em condições de formar um juízo acerca da situação, nascendo a minha dúvida apenas da dificuldade de pôr de acordo, à face da lógica ocidental, o pensamento, as afirmações e os actos do primeiro-ministro da União Indiana e do seu Governo.

Goa e a União Indiana

Duas posições parecem nitidas e incontestadas do lado da União: a primeira é a afirmação do direito da União Indiana a que o Estado da Índia se integre nos seus territórios; a segunda é que a mesma integração há-de fazer-se por meios pacíficos, sem recurso portanto à violência. A integração de Goa na soberania de Nova Delhi não é uma perspectiva ou antevisão da evolução histórica: representa um objectivo político que os actuais governantes supõem dever realizar em cumprimento da sua missão. Mas para que um objectivo político em que tão visceralmente se encontra envolvida uma soberania estrangeira possa vir a realizar-se sem violência, é necessário que uma de duas circunstâncias se verifique: a possibilidade, jurídica e de facto, de essa soberania ser espontaneamente abandonada ou a existência de uma vontade unanime, firme, irrefragável do povo goês, que tornasse impossível o exercício do poder publico em Goa. Estas são as principais ilusões sobre que as construções político-jurídicas

(Continua na 3.ª página)

O SUCESSOR DE MALAN

PRETÓRIA, 30 — Os chefes do Partido Nacionalista Sul-africano elegeram hoje Johannes Strijdom para suceder ao dr. Malan no cargo de primeiro-ministro. — (Reuter).

Como de costume neste dia e por convenção de trabalho, sancionada pelo I. N. T., não se publica amanhã o

Diário de Lisboa

encontrando-se fechados os nossos escritórios e oficinas.

OS VELHOS

Churchill celebra hoje os seus oitenta anos—felizes, juvenis e combativos. É um ancião que se bate energicamente e vitoriosamente por causas nobres, recusando invocar a desculpa da velhice para conseguir alcançar os seus triunfos. A sua biografia encerra esta bela lição—não se curva ao fatalismo da idade.

Quando tantos se calam, incapazes de reagir contra a decadência e a fadiga, ele, com a discreção de um sábio, mantém-se activo, estranho a confissões justificativas do seu vigor. Aos oitenta anos, quando a maior parte dos homens oscilam e vacilam, na realização dos seus cometimentos, Churchill não se dá ao incómodo de produzir as razões da sua virilidade.

É um exemplo que muito importa estudar, a fim de que possamos aproveitá-lo. Na Inglaterra, há quem diga que ele se desactualiza, de ano para ano, sem que o publico perceba ao certo o que um jornalista chama a transformação de leão em tímido cor-deiro.

Não: Churchill não tem necessidade de sair da normalidade para mostrar aos cépticos que caminha, entre os homens, como um caso excepcional, quase miraculoso. A sua velhice é tão natural, como a frescura nos mancebos. Nunca viveu de esmolas, pedindo, suplicando ou copiando atitudes. As suas ideias e os seus sentimentos são frutos sãos que nada devem à imitação ou a influências misteriosas.

Em todas as épocas da sua vida, foi sempre causa de si próprio: na juventude, já era perfeito jovem, na virilidade, curioso e pensador com a dignidade que lhe pertencia, na velhice, velho com o carácter que não se justifica por motivos alheios à sua personalidade. As gerações fortes, não esmolam nem alma nem espírito.

Entre tantíssimos dos seus contemporâneos, ele destacava-se como o roble na floresta: a sua figura e, sobretudo, a sua cabeça dominavam, tal-

qualmente a sua eloquência que, apesar de convincente, tem qualquer coisa de parecido com uma acha. Nunca pendeu para os efeitos emolientes, para a persuasão demorada, sem nervo nem calor.

Conheceu também, nos períodos vibrantes da sua vida, o sonho e o entusiasmo, nas suas formas mais ousadas.

(Continua na página central)

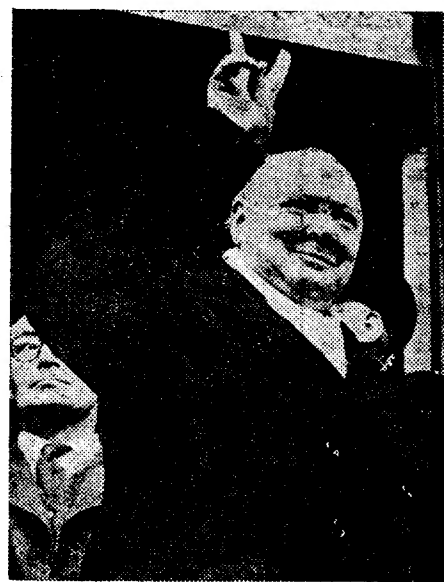
Sir Winston Churchill

o grande «leader» do tempo de guerra

por Sir LLEWELLYN WOODWARD

As três características proeminentes evidenciadas por sir Winston Churchill durante a guerra foram: a sua faculdade de despertar as mais elevadas qualidades no povo inglês; o seu domínio da situação estratégica; e o seu sensato e generoso critério político. O próprio povo inglês apercebeu-se destas qualidades de um grande homem de Estado pela ordem em que as refiro.

Traduzia imediatamente as suas palavras em actos e com uma compreensão inteligente da situação estratégica—algo de muito diferente do nervosismo temerário de Hitler. Nos cálculos inteligentes de Churchill, havia que correr certos riscos e que fugir a outros. O reforço das tropas britânicas no Mediterrâneo, numa altura em que a Grã-Bretanha continuava sob a ameaça de uma invasão, constituiu um dos exemplos mais notáveis dos riscos que, ao tomar o pulso à situação em geral, sir Winston Churchill estava disposto a correr. Os historiadores do futuro considerarão provavelmente como não menos notável a recusa do primeiro-ministro de correr o risco de destruir na batalha da França as últimas reservas combatentes da Real Força Aérea. Dois ou três meses mais tarde, a decisão do primeiro-ministro foi justificada pelos acontecimentos. No entanto, em Junho de 1940, não era fácil prever que a retenção dessas reservas derra-



Churchill fazendo o sinal da vitória que lhe deu tão grande popularidade

Dulles expõe as condições

que os Estados Unidos põem
para negociar com os Sovietes

CHICAGO, 30—No discurso de política externa que proferiu em Chicago, na Associação da Juventude Agrícola Americana, o secretário de Estado declarou, a noite passada, que a «política dos Estados Unidos não exclui as

conferências internacionais, mesmo com quem nos é hostil». Foi assim, acrescentou, «que se pôs termo à guerra da Coreia».

Foster Dulles expôs então as condições em que se poderá encetar uma conferência com o Governo soviético, começando por dizer:

«O campo de acção de conferências com o Governo soviético é necessária-

(Continua na última página)

(Continua na página central)

Este numero foi visado
pela Comissão de Censura

DO PASAPOGA DE MADRID

AO MAXIME DE LISBOA

MARIA DEL SOL

A MAIS EXTRAORDINARIA BAILARINA DE ESPANHA



Associando-se às festas do aniversário do «Maxime», quis o conhecido e dinâmico empresário madrilenho, Don Julio Sanchez Rubio, do Pasapoga, contribuir para o brilhantismo das comemorações, cedendo para tal fim, uma das mais extraordinárias bailarinas da actualidade, que na elegante sala de festas tão conhecida dos Portugueses, tem obtido um dos maiores êxitos, até hoje ali registados.

Trata-se de Maria del Sol, nome que dentro em pouco será um dos maiores da Espanha, que igualmente acedeu a deslocar-se a Portugal, a fim de colaborar no aniversário da mais

elegante sala de Lisboa. Na gravura que reproduzimos, vemos a simpática artista na companhia de Dom Julio Sanchez Rubio e do agente artístico português Artur Pereira, que se deslocou a Madrid para esse efeito, assinando o contrato para a sua apresentação no «Maxime».

A noite de hoje, se não fossem as surpresas e atrações já anunciadas, seria já uma garantia do êxito com que, sempre, são comemoradas as datas de aniversário do «Maxime», parada de elegância da nossa melhor sociedade que entrou já na tradição de todas as famílias.

PAGINAS INTIMAS DO DIARIO DE NELLIE

Meu pobre marido! Queria levá-lo para França mas não me deixam.

Ficará aqui para sempre... Agora já não tenho ninguém.

A carteira de Tom desapareceu... Que vai ser de mim, só e sem recursos?

Esta maldita epidemia alastra cada vez mais. Quantos de nós estaremos vivos amanhã? Só Deus o sabe.

Que dolorosa amargura me envolve a alma ao ver aquelas pobres crianças morrerem aos poucos sem que se lhes possa valer.

Como elas confiam em George! Como esse mísero farrapo é estimado por elas!

Ontem enojava-me, hoje mete-me dó.

Vejo que, por vezes, quer reagir mas qualquer segredo do seu passado ergue-se como barreira intransponível no seu caminho.

Que Deus nos valha a todos!

PRÊMIO

INTERNA-

CIONAL DE

VENEZA

(ADULTOS)

Nellie... é
Michèle Morgan
George é
Gerard Philipe

NO EXTRAORDINÁRIO FILME DE YVES ALEGRET

OS ORGULHOSOS

SEXTA-FEIRA NO EDEN

Teatros e Cinemas

Atrás do reposteiro

Uma nova organização de comédia do empresário Vasco Morgado vai começar a ensaiar a peça «A dança dos sete veus», de T. Bernard e H. Fremont, na tradução de Gino Saviotti.

—Está assente que, no próximo ano, o actor Vasco Santana participará do desempenho do novo original de Leitão de Barros, que deve subir à cena no Teatro D. Maria II.

—Para a nova companhia de revistas do Teatro Maria Vitória está indicada a artista Anita Guerreiro.

—No paquete «Moçambique», regressou de Luanda o actor Alfredo Pereira, que se encontra doente e que se vai submeter a rigoroso tratamento.

—Em Novo Redondo, estreia-se hoje a companhia Alma Flora-José Gamboa, que prossegue na digressão que anda a efectuar por Angola.

—O artista Humberto Cruz está a tomar parte no desempenho da revista em cena no Teatro Maria Vitória.

—Depois de amanhã, chega a Lisboa a companhia de circo, que na sexta-feira se estreia no Coliseu.

—Regressou de Angola, onde há tempo tinha fixado residência, a artista Deolinda Rodrigues.

—A actriz Maria Luisette, há tempo regressada do Brasil, reaparece na revista «Mulheres há muitas», numa curiosa figura, única, no quadro que vai desempenhar.

—Depende ainda de várias formalidades a cumprir que os ensaios da revista «Mulheres há muitas» possam realizar-se no Teatro Variedades. Há tempo que se estão a fazer ora no Teatro Avenida, ora no Teatro Monumental.

Primeiras exhibições

«Pão, Amor e Fantasia», no Tivoli

O êxito deste filme não resulta apenas da

1.300 atletas do Benfica no festival de Inauguração do Estádio

O Sport Lisboa e Benfica conhecerá amanhã um dos seus dias de maior glória, por motivo da festiva inauguração do seu Estádio, realizado com um entusiasmo e um espírito de sacrifício absolutamente dentro das características que notabilizaram o clube. Nada menos que 1.300 atletas benfiquistas se apresentarão no Estádio, numa demonstração eloquente da actividade do clube, e o desfile é enriquecido, sob todos os aspectos — em espectáculo e em significado — pela presença de cerca de 2.000 atletas em representação de meia centena de clubes, que assim se associam à hora festiva do popular Benfica.

Igualmente está a despertar muito interesse o desafio Benfica-F. C. Porto que encerra a reunião, para a qual os bilhetes que sobram das marcações estão à venda na Secretaria do clube e nas Agências A. B. E. P. e Avila.

ENSINA A LER

Senhora diplomada com longa prática em Colégio, em sua casa ou dos alunos.
Resposta à Rua António Enes, 16, cave, esq.

presença da Lolobrigida e do actor que ela admira entre todos—e nós também—Viktorio de Sica, nem do argumento em que este inteligente artista de cinema teve também intervenção, resulta, sim, do completo acerto. O acerto parcial pode marcar momentos de êxito de um filme ou de uma peça de teatro, mas o total e difícil acerto de uma obra é tão difícil, foga de tal maneira às melhores intenções e previsões, que raramente se consegue.

Ora, este filme é, do princípio ao fim, um absoluto acerto, em tal harmonia de espírito humano e geográfico, tão bem humorado e simpático, que o êxito é completo, e muito de admirar e festejar.

Não sabemos até onde vai o pessoal triunfo do realizador, Luigi Comencini, também colaborador de Viktorio de Sica no argumento, e não devemos esquecer o fundo musical de Cignoni, mas atribuímos grande parte do feliz acerto à presença do inteligente artista que com a Lolobrigida enche a tela, ainda que a seu lado se movam apreciáveis artistas.

Não entraremos em explicações acerca do tema e do local de acção—a vida da gente de uma pequena aldeia—até porque todos devem ver o filme sem se contentar com a notícia, mas insistimos em que se trata de um êxito absoluto e de que entre os complementos há um documentário merecedor de ser visto, filmado num aquário mas com rara arte.—Visor 64.

«O segredo da caverna», no Olimpia

O título diz tudo e o filme deve satisfazer os frequentadores do Olimpia com seu gosto por aventuras misteriosas, participando teoricamente na busca de um tesouro oculto e até nas lutas tremendas para o descobrir. Macdonald Carey e Alexis Smith correspondem ao entusiasmo da parte mais vibrante da plateia, e a mais serena tem em Loreta Young e Jeff Chandler colaboradores mais correspondentes para a sua razoável ambição.—Visor 60.

«O inimigo publico n.º 1», no Capitólio

Esta nova criação de Fernandel, o popular actor francês, oferece todas as condições para agradar aos grandes sectores do publico.

Sátira aos filmes de «gangs»ers» hollywood.

(Continua na 6.ª página)

«CORAL» e «PHILIPS» DISCOS

Acabam de chegar
NOVIDADES
nestas excelentes
GRAVAÇÕES

Visite a casa

Custódio Cardoso Pereira & C.
Rua do Carmo, 11 — LISBOA
SECÇÃO DE DISCOS

Um sabonete
BRANCO
DE PERFUME CONSTATANTE
E ESPUMA ABUNDANTE!



5\$00
flor de
LÓTUS

NOVO SABONETE • NOVO PERFUME • NOVA TÉCNICA
BOM até à última PARTÍCULA!

SAVOQUIMICA-LISBOA

S/954-2

Tágide
HOJE
O REI DAS «CLAQUETTES»
WYK

E A SUA «PARTENAIRE»?...

ULTIMA APRESENTAÇÃO DE
RAYMOND GIRERD

O artista cujo talento surpreendeu Lisboa!

(Consumo obrigatório: Esc. 50\$00)

(Sem classificação especial)

O discurso do presidente do Conselho

(Continuação da 1.ª página)

da União Indiana têm procurado erguer-se, sem consistência, porém, para se manterem erguidas.

O pretensão direito da União Indiana a Goa têm-no baseado os seus defensores na geografia, na história, na identidade de raça, língua e cultura, no princípio da auto-determinação dos povos, ou seja na vontade dos goeses, e um ou outro no marcado desnível de grandeza ou de força que legitimaria o acto do mais forte ir alargando, á custa de pequenos Estados, a área dos seus territórios. Esta ultima tese não é mesmo de discutir; vejamos as restantes.

Nunca a geografia legitimou direitos soberanos, nem mesmo, como é claramente visível, na Península do Hindustão. Apesar da influência que os factores geográficos exercem na história da humanidade, através de dois elementos fundamentais—as possibilidades de vida e as facilidades de defesa do agregado social—são sempre os factos históricos e não a configuração geográfica que definem fronteiras, estabelecem direitos, impõem soberanias. E este é o caso português da Índia.

Pretender a União Indiana que retroceda a história ao século de 500; apresentar-se hoje como existente potencialmente nessa data, ou arvorar-se em legítima herdeira dos dominadores que ali encontrámos, é uma construção de sonhadores estáticos, não de dinâmicos construtores de história, como pretendem ser os que do Reino Unido receberam um Império. Se houvessemos de aferir a legitimidade das soberanias pelas situações existentes cinco séculos atrás, que Estado, que Nação, que soberania, que fronteiras, na Europa, na América, na Ásia ou na Oceania, se poderiam manter ou ter direito a existir? Que revisão apocalíptica, ou que ordenamento catastrófico não seria necessário? Quantos séculos viriam a exigir-se para a consolidação de tratados, a delimitação de fronteiras, a estratificação de entendimentos e formas de convivência entre os povos? —Referem-se estas teses, não pelo seu perigo imediato para o Mundo mas pelo delírio da sua própria extravagância.

Fala-se hoje muito na auto-determinação dos povos, como corolário do direito natural dos agregados humanos dirigirem por si os seus próprios destinos. Fora da afirmação solene de princípios, tanto em moda no fecho das conferências internacionais, aquela invocação aparece-nos feita a maior parte das vezes ao sabor de intuições políticas ou necessidades de ocasião, e portanto sem o rigor correspondente á transcendente dificuldade do assunto. O nosso exemplo pode talvez ilustrar esta.

Em virtude da orientação que tomaram o nosso desenvolvimento e agência no Mundo, adveio que a Nação portuguesa se formou, complexa na sua estrutura, dispersa nos seus territórios, diversificada nos povos que a constituem, sem prejuízo, antes com bem vincada afirmação de uma unidade nacional, intencionalmente prosseguida e consolidada pelo esforço de muitas gerações. Nestas circunstâncias, Portugal não pode, com a ligeireza corrente, professar princípios que seriam agentes de dissociação e de quebra da sua integridade—no fundo a negação de si próprio, sem vantagens visíveis mais que para terceiros (porque há sempre neste mundo vário quem esteja disposto a colher os frutos das tolas filosofias alheias). Esta prudente reserva não quer no entanto dizer que não haja no aludido princípio uma parte de justiça e de razão.

De facto quando um povo, pela sua base territorial e desenvolvimento demográfico, pelos laços e produtos do sangue, por essa misteriosa criação de uma alma colectiva, representa profunda diferenciação sendo antinomia de interesses e atinge, pela existência de um largo escol, responsável, o que se pode chamar a maturidade política—a auto-determinação traduz-se pela constituição reconhecida de um novo Estado independente. Não negamos pois o facto nem o princípio, e quem aceitou, depois de três séculos de íntima história comum, a separação amigável e passou a rever-se na inde-

pendência do Brasil, pode bem discutir problemas desta ordem.

Princípio mal invocado

Mas é este o caso de Goa? Adiante me referirei ao ponto com mais desenvolvimento. Aqui apenas observo que o princípio não só é mal invocado, como de modo algum pode sê-lo pela União Indiana. Em primeiro lugar o Governo da União não pretende a independência do Estado Português da Índia, mas a integração dos territórios no seu próprio território, a fusão das populações na sua massa de população. Em segundo lugar, todos poderão aceitar o princípio da auto-determinação dos povos menos a União Indiana. Quando esse princípio pudesse ser pacificamente invocado e receber satisfação, a União Indiana voltaria rapidamente á poeira de Estados e soberanias e á simples expressão geográfica que através dos tempos quase sempre fora. Goa seria ainda Portugal e já as numerosas raças, línguas e religiões do Hindustão haviam de constituir bases de edificações políticas muito mais diferenciadas que as nossas províncias ultramarinas.

Isto me leva á consideração das ultimas razões invocadas do lado da União Indiana.

Dos numerosos discursos feitos no Parlamento de Nova Delhi e das declarações a agrupamentos políticos deduz-se que, ao princípio destes lamentáveis incidentes, os dirigentes da União Indiana pareciam estar convencidos, como de duas evidências, do seguinte: inexistência de qualquer diferenciação de Goa em relação á Índia; vontade dos goeses de deixarem de ser súditos inferiorizados de uma potência colonial, para se converterem em cidadãos de um Estado soberano. Essas populações, amputadas da mãe-Índia, não teriam recebido, com a mistura de sangue, a influência duma cultura e a cristianização do maior numero, os benefícios duma elevação social e duma categorização política. Continuariam párias na sua própria terra, dominada ainda por estranhos, insensíveis e parados ante o movimento da História. Assim o caso afigurase, em precipitado simplismo, como libertação de concidadãos e pura questão de política interna.

A atitude actual do sr. Nehru

Os factos posteriormente verificados, as alegações produzidas, a observação porventura mais cuidadosa levaram, porém, o primeiro-ministro, sr. Nehru, ás seguintes posições que consideramos benefícios adquiridos em relação aos seus modos de ver anteriores:

—Goa constitui de facto uma unidade cultural, linguística, racial, diferenciada socialmente da União Indiana pela sua occidentalização; e essas características diferenciais têm de ser respeitadas e mantidas;

—a questão de Goa não é de modo algum questão interna da União, mas questão de política externa, por contender com uma soberania legítima estrangeira, sempre reconhecida como tal e garantida por tratados internacionais.

Nós consideramos estas duas atitudes como posições-mestras na questão, das quais muitas conclusões se hão-de tirar, e a primeira é já que a «falta de liberdades democráticas em Goa» não tem que ser rebatida por nós quando alegada pela União Indiana. Podíamos confrontar constituições, textos de lei, práticas de vida, mas não são questões que em princípio possamos discutir com potências estrangeiras a nossa organização política e as prerogativas dos cidadãos portugueses. Isto é simples consequência da não intervenção de um Estado na vida interna de outro, tão solenemente afirmada pela União Indiana no acordo do Tibete.

O desejo, porém, de nada deixar por esclarecer nesta matéria induz-me a aceitar, por momentos, a discussão sobre o problema de saber se a falta de certa liberdade em Goa prejudica a prova de uma asserção da União Indiana.

Nós afirmamos o seguinte: Goa encontra-se ligada sentimental e patrioticamente a Portugal e os goeses não têm mostrado preferir a recente sobe-

rania indiana á do velho País que teve pelo menos o mérito de, em recuados tempos, abrir á Índia os caminhos marítimos do Mundo e pô-la em contacto com a civilização ocidental. Do lado oposto afirma-se que, se Goa não se tem levantado a favor da sua integração na União Indiana, é que não tem liberdade para isso.

Decido não fugir ao argumento e respondo.

É perfeitamente exacto que no Estado Português da Índia não podem os cidadãos portugueses, sem incorrer em responsabilidade, manifestar publicamente preferência pela sua ligação á União Indiana e agir em conformidade com qualquer intento desse género. É assim em Goa; é assim em Portugal inteiro; é assim em todo o Mundo, porque a cidadania não é objecto de escolha mas dever natural de que cada um não pode libertar-se á sua vontade, negando-se á pátria. É assim também na União Indiana com a estranha agravante de, ao contrário do admitido nos povos civilizados, não poderem ali os goeses manifestar sem risco o seu desejo de que continue portuguesa a sua terra.

Este o direito ou a negação dele; mas os factos, só os factos também não permitem a dedução de que os goeses escolheriam como seu futuro a anexação de Goa á União Indiana. Há goeses em território português, há goeses em território da União, e muitos sob outras soberanias que não podemos influenciar. E o comportamento da grande massa, por toda a parte, é idêntico—de fidelidade á Nação Portuguesa. Nem as pressões materiais e morais exercidas na mesma União Indiana, nem as mil formas de captação ou alliciamento que estão sendo usadas fora dela—como no Quênia, no Tanganica, no Paquistão—têm conseguido demover estes Portugueses de confessar o seu portuguesismo. Eu quero deixar aqui uma palavra de comovida admiração pela fidelidade patriótica de que têm dado provas, por vezes em bem difíceis circunstâncias, tantos os homens a muitos dos quais Portugal dá apenas a honra de um nome e o prestígio de uma História. A atitude destes homens permite-me reduzir a nada a importância do argumento da União de que não há em Goa liberdade para que os goeses se manifestem a seu favor. Mas há essa liberdade na União Indiana, e esta não tem sido suficiente para converter á sua causa a centena de milhares de goeses que aí angariam a vida.

Os métodos da União Indiana

Penso ter analisado com inteira objectividade os fundamentos em que se baseiam as pretensões da União Indiana. Espero agora examinar com a mesma objectividade, nos seus desenvolvimentos efectivos o método da «não violência» aplicado á consecução dos fins que a União se propõe. Gostaria de poder determinar a essência ou conteúdo daquele conceito estranho e confrontá-lo com os deveres jurídicos que á União incumbem como membro da sociedade internacional.

O pacifismo, a neutralidade e a «não violência» pretende a União Indiana que definam internacionalmente a sua orientação externa. A União tem a consciência de haver conquistado no Mundo com o pacifismo uma fama util: ela é o seu bordão, o seu arrimo, a fonte das suas múltiplas intervenções nos negócios alheios e do prestígio dos seus mais altos dirigentes. É-lhe essencial não destruir esse mito, mas também é necessário que esse mito a não estorve nas suas ambições, para o que, fazendo apelo ao fundo da raça e aos ensinamentos de alguns doutrinares, criou também para uso externo o mito da «não violência». Não podemos duvidar de que o método nos é aplicado com toda a sua pureza, visto que, segundo declaração do primeiro-ministro do Estado ou Província de Bombaim, a política em relação a Goa representa um bom «test» —é o caso típico, o padrão, a demonstração cabal dos métodos especiais indianos na condução dos negócios internacionais (declaração ao correspondente de «Christian Science Monitor» de 23 de Julho de 1954).

Factos. Em 21 de Julho, bandos constituídos por cidadãos da União In-

diana, partidos desse Estado, muitos com armas de guerra, e enquadrados por forças regulares da Polícia e parece que das tropas de reserva da União semifardados ou em traje civil, assaltaram o enclave de Dadrá, dominando depois de alguma luta, de que resultaram mortos e feridos, a pequena força policial de que ali se dispunha. Dias depois o mesmo processo foi empregado, com forças mais numerosas, noutro enclave—o de Nagar Aveli—em que a resistência local pôde ser prolongada por bastantes dias, sendo os agentes da nossa administração aprisionados na fronteira, quando parlamentavam com as autoridades indianas.

Para estas operações, a União Indiana preparou previamente as condições de êxito, não permitindo de bastante tempo antes o reforço das pequenas guarnições locais e cercando Damão, de onde poderia ser enviado esse reforço, com tão numerosos efectivos que temos de considerá-los desproporcionados á simples vigilância da fronteira. Esse elemento, sucessivamente reforçados, mantêm ainda o cerco, o que significa garantir a União com forças suas a situação criada nos territórios portugueses, pois que sistematicamente recusa a Portugal a passagem para que agentes regulares restabeleçam a ordem.

Não se sabe precisamente quem é ou quem representa nos enclaves a autoridade; sabe-se no entanto que para a União são encaminhados os dinheiros publicos percebidos e altos funcionários seus vigiam e se arrogam a chefia de serviços que aliás não funcionam. De facto não há ordem, nem justiça, nem autoridade geralmente obedecida: há o caos na administração; há a insegurança publica, o regime de terror, a miséria na vida privada.

Este é o resumo dos factos tal como os posso extractar dos relatórios oficiais e das informações colhidas. Não podemos duvidar da sua exactidão substancial, desde que se encontram em território português alguns dos que intervieram, resistindo, nos actos de que resultou o esbulho da soberania portuguesa. Evidentemente que farei as correcções que forem devidas, desde que uma observação directa possa ser feita por qualquer dos métodos oportunamente sugeridos pelo Governo Português.

Na verdade, em face da situação criada, o Governo solicitou da União:

—Que fosse permitida a passagem de forças portuguesas para restabelecer a ordem nos territórios: recusado; —que fosse autorizada a passagem de delegados desarmados das autoridades de Damão, para ao menos investigarem o que se estava a passar e poderem informar das necessidades das populações: recusado;

—que fosse admitida a observação dos factos de violação ocorridos nos enclaves e territórios limítrofes por observadores internacionais. Aceites em princípio conversações para negociar a ida de observadores internacionais que verificassem toda a situação no Estado Português da Índia, enquadramento especioso da proposta portuguesa nas teias de aranha de negociações indefinidas no objecto e ilimitadas no tempo: praticamente recusado;

—que fosse ao menos permitida a ida de observadores internacionais recolhidos pelo Governo Português para examinarem a situação em Dadrá e Nagar Aveli: recusado.

Não analiso as alegações em que se basearam as recusas. Estas são apenas filhas da obstinação e da presunção da força que, cansada de apresentar razões inválidas, desiste mesmo em certo momento de se justificar. Nós compreendemos aliás muito bem por que têm de ser mantidos sob rigoroso sequestro, e longe de vistas importunas, os referidos territórios, cujos habitantes anseiam por que se encontre solução para libertá-los da miserável situação em que se encontram.

As relações entre a União Indiana e Goa, Damão e Diu

Até aqui o que se refere aos enclaves. No que respeita ás relações entre a União Indiana e Goa, Damão e Diu, territórios contíguos á União mas servidos pelo mar, os esforços de in-

(Continua na 10.ª página)

PARA 13 ANOS

Aos corações sensíveis do nosso público vai chegar profundamente este filme

O GRANDE AMOR DE MARIA GREVER

AS MAIS LINDAS CANÇÕES NUM FILME QUE ENCANTA E EMOCIONA ATÉ ÀS LÁGRIMAS — A VIDA EMOCIONANTE DE UMA CANTORA E COMPOSITORA QUE FOI GLÓRIA DO MÉXICO

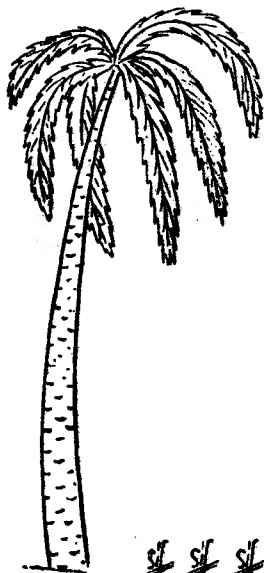
NOTÁVEL CRIAÇÃO DE

LIBERTAD LAMARQUE

QUE VIVE O DRAMA DA ARTISTA QUE SOUBE SER MÃE E ESPOSA DEDICADA, CONHECENDO O AMOR, A RIQUEZA, A GLÓRIA, A DESVENTURA E A MISÉRIA

HOJE ODEON
ESTREIA PALÁCIO
A' «MATINÉE» DAS 15,30**5.ª FEIRA no POLITEAMA**

Um filme verídico, singular, apaixonante, variado, que se desenrola nos cenários paradisíacos das ilhas Fidji e difere de todos os outros filmes rodados na Oceania...

**REI SEM COROA**

— HIS MAJESTY ÓKELFE —

ESP. S/ CLASS. ESPECIAL (13 ANOS)

— COM —

BURT LANCASTER**JOAN RICE e TESSA PRENDERGAST**

COR. POR TECHNICOLOR

Pode um simples capitão de marinha tornar-se um dia rei, mesmo sem ser coroado?

REAL. DE BYRON HASKIN

Produção

**Maria Vitória**

2 sessões às 20.30 e 22.45

CONTINUA O ÊXITO DE

COMO É O TEMPERO?O GRANDE ESPECTÁCULO DE **SALVADOR**

com

ELSA MARVAL

Teresa Gomes, Humberto Madeira e Fernanda Baptista



Teresa Gomes na «tábua do Aspirador»

AMANHÃ, DIA 1 (Feriado)**Matinée às 16 horas**

(Para adultos)



IRENE ISIDRO

«CORÇÃO DE ALFAMA»Beco do Azinhal, 7 — ALFAMA
QUINTA-FEIRA, 2

Ceia de homenagem à consagrada Actriz

IRENE ISIDROna qual participam muitos dos seus colegas
RESERVE A SUA MESA PELO TELEFONE 44.261
(PARA ADULTOS)

AGUARDENTE VELHA

Niepoort

a prova está na prova

Leiam o «SEMPRE FIXE»

ESPECTÁCULOS VASCO MORGADO

NO MONUMENTAL (As 21,45)

Um espectáculo de gargalhada durante 10 únicos dias

CASEI COM UM ANJOcom
LAURA ALVES — VASCO
SANTANA — HORTENSE LUZ
MARIA HELENA, HENRIQUE
SANTANA, AIDA BAPTISTA
CARLOS DUARTE e RUI DE
CARVALHO

Amanhã, «matinée» às 16 horas

NO AVENIDA (As 21,45)

A hilarante comédia

LUA DE MEL... ENTRE TRÊS!...com
IRENE ISIDRO, ANTÓNIO SILVA,
BARROSO LOPES, SANTOS
CARVALHO, MARIANA VILAR
e ASSIS PACHECO

Amanhã, «matinée» às 16 horas

ESPECTÁCULOS PARA ADULTOS

NO APOLOAs 20.45
e 23 h.

TRIUNFO ABSOLUTO DA ENCANTADORA E ENGRAÇADA COMÉDIA

A IRMÃ S. SÚLPICIOCOM O EMINENTE ACTOR
ALVES DA GUNHA
MILU na protagonista
e Curado RibeiroCarlos Coelho, Raul Salgado e Lusa
& Mário

ATENÇÃO—O Apolo é o único teatro que pode ser frequentado por maiores de 13 anos.

Amanhã, «matinée» às 16 horas

BAIXELAS ARTÍSTICAS
DA MARCA**«TOPÁZIO»**

PRATAS DE ALTA QUALIDADE

Ourivesaria PIMENTA

RUA AUGUSTA, 253

POLICLINICA DE ARROIOSPRAÇA DO CHILE, 14-1. — Telefone 42414
Dr. Aires de Sousa—Raios X e Radioterapia, 16 horas.

Dr. Mário Russ—Rins e vias urinárias, 17 h.

Dr. Monteiro Grilo—Doenças dos olhos, 16 h.

Dr. Paiva e Costa—Boca e dentes, 15 h.

Dr. Parafita de Oliveira—Doenças, crianças, 12 h.

Dr. Pina Monteiro—Coração e pulmões, 17 h.

Dr. Ramos Chaves—Pele e sífilis, 15 h.

Dr. Eurico Alves Pereira—Clínica geral, 18 h.

Dr. Cabral Sacadura—Cir. geral e partos, 17 h.

Dr. Dias Amado—Análises clínicas, 14 h.

Dr. João dos Santos — Doenças nervosas e mentais, 14.30 h.

Dr. Maria Manuela Antunes—Doenças seniores, 13 h.

Dr. Luis Andrade—Ovidos, nariz e garganta, 15 e 18.30 h.



LUSO

Tel. 32889
Animador FILIPE PINTO
HOJE—(Até de madrugada)
Fados e canções por

**ANITA
GUERREIRO**

Anita Guerreiro FILIPE PINTO, ALICE
MAGINA, Fausto Ribeiro,
Isaura A. de Carvalho e Mário Rocha. *Poesias*
por LUIS PINHAO. *Solos* por Camarinha,
A. Couto e Pedro Leal. — Para adultos.
AMANHÃ

CELESTE RODRIGUES
SEXTA-FEIRA,

AMALIA

O «FAIA»

Telefone 29387

continua o êxito de
FERNANDA PERES

Jaime Santos

e
Julieta Brigue

COZINHA PRIMOROSA
BAR COSMOPOLITA
(ADULTOS)

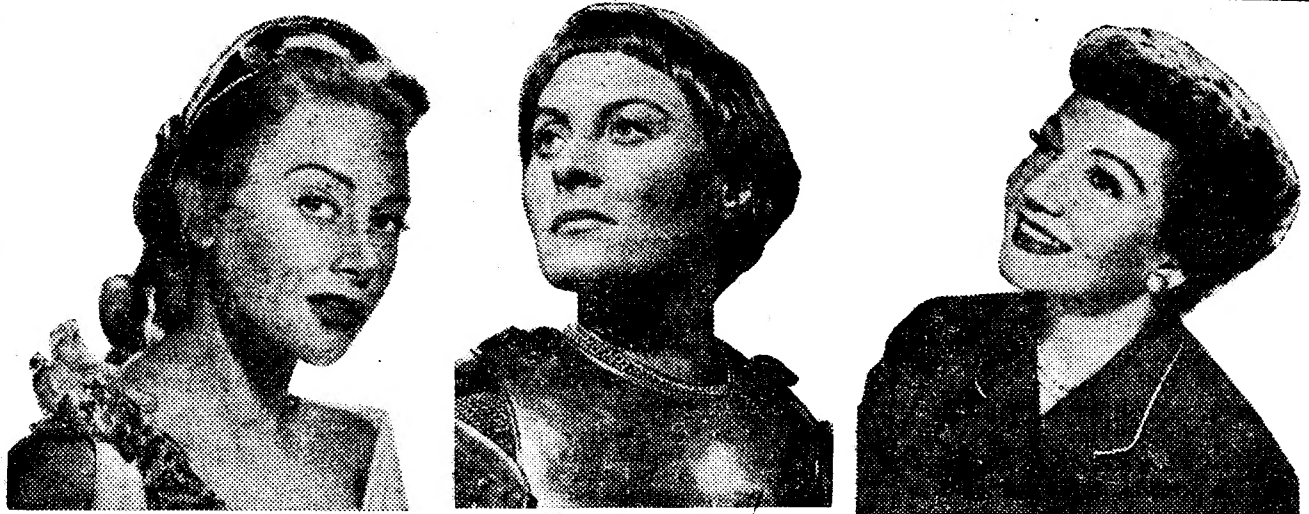


SOLAR DO DUQUE

O restaurante mais típico
da Capital
Regueirão dos Anjos, 20
TODAS AS NOITES
A cristalina voz de

MARIA DA CONCEIÇÃO

JULIO PERES e MARIA LOUREIRO
Ambiente seleccionado Nova gerência
(ADULTOS)



Destinos

O GRANDE ÊXITO QUE CONQUISTOU O AGRADO GERAL DO PÚBLICO!

Martine Carol • Michele Morgan • Claudette Colbert • Eleonora Rossi-Drago • Raf Valone

Um filme que é, ao mesmo tempo, DRAMÁTICO — SENTIMENTAL — HILARIANTE!

EXCLUSIVO TALMA FILMS

(Para adultos)

Em 2.ª SEMANA no

ALVALADE

beba
SABUGA
ÁGUA DE SINTRA

LUTA LIVRE AMERICANA

Hoje às 22 horas, no Estádio Internacional
do PARQUE MAYER (Recinto coberto)

(Espectáculo para adultos)

ORGANIZAÇÕES IMPÉRIO TÊM A HONRA DE APRESENTAR
NA 18.ª JORNADA DO CINTURÃO DE LISBOA

O FAMOSO LUTADOR MILIONÁRIO

D. JUAN o «Terramoto Mexicano» num combate sensacional
contra

JOSÉ LUIS

campeão da Europa

O lutador milionário, vem a Portugal terminar
a sua notável «tournée» pela Europa, depois dos
seus grandes êxitos nos ringues de Itália, Inglaterra,
França, Alemanha, Bélgica e Espanha. D. Juan, o homem
que luta por verdadeira «aficção», é um «gentleman»
fora do ringue, transfigurando-se radicalmente quando
entra no quadrilátero. Dentro do ringue é, pois, um
lutador feroz, agressivo, brutal...

JOSÉ LUIS ou D. JUAN?

Portugal ou México?

A resposta será dada hoje em cima do ringue!

Nos outros combates do programa a contar também para a
disputa do «CINTURÃO DE LISBOA», cada caso é uma
duvida que prevalece:

SALUDES, o «Tigre de Alfara» ou **URRUTIA**,
campeão de Aragão?

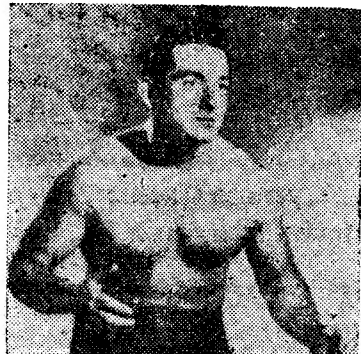
LOOSEN, a maravilha belga ou **MATEUS**,
o «Terramoto português»?



JOSÉ LUIS



JULIO NEVES



AZUARA

JULIO NEVES, o homem da emoção ou **AZUARA**, a maravilha espanhola?
PREÇOS: Ringues desde 20\$00; Bancada central 17\$50; Bancada lateral 12\$50; e Peão 7\$50.

Cartaz dos Cinemas

ESTREIAS

«O RENEGADO»

SÃO LUIS

DE HOJE: «Sublime expiação»

MONUMENTAL



TEL. 27172

(Maior 18 anos)

A's 21,30, estreia do ma-
ravilhoso e surpreendente
filme

O RENEGADO

Uma extraordinária cria-
ção de Pierre Fresnay, com Pierre Trabaud



BALCÃO 54154

PLATEIA 54153

A's 15,15 - 18,15 - 21,30:
A espantosa comédia em
técnico

DIGA 33 ! ...

c/ Dirk Bogarde, Muriel
Pavlov e Kenneth More
(Para adultos)



PLATEIA 55134

BALCÕES 55135

(Para adultos)

A's 15,15 e 21,30
2.ª semana triunfal

SABRINA

Uma deliciosa comédia c/
a famosa artista Audrey
Hepburn, Humphrey Bo-
gart e William Holden



NO PALACIO

A's 15,40 e 21,30

ODEON às 15,30 - 18,15
21,30: Últimas exhibições
de

**CAVALEIRO
ANDALUZ**

com Carmen Sevilla e
Jorge Mistral
(Maiores 13 anos)



TEL. 763080

(Para adultos)

A's 15,30 e 21,30 2.ª se-
mana de colosso êxito

DESTINOS

com Martine Carol, Clau-
dette Colbert, Michele
Morgan, E. Rossi Drago
e Raf Valone



TEL. 27493

A's 21,30 — (13 anos)
**O INIMIGO
PÚBLICO N.º 1**

...E' a espantosa verdade
da América actual, vista
pela imortal França...

Fernandel na sua mais extraordinária criação
Zsa Zsa Gabor fascinante como sempre linda
como nunca



TEL. 20917

A's 21,15 — (18 anos)
INFERNO

Quando o coração canta



TEL. 20917

A's 21,15 — (18 anos)
A CIDADE DO JAZZ

O fantasma do deserto
Matinées diárias às 15 horas



TEL. 50595

As 3 e 6,15 da tarde
(a pr. red.)
e 9,30 da noite

O maior êxito mundial da
actualidade!

**PÃO, AMOR
E FANTASIA**

com Vittorio de Sica e
Gina Lollobrigida
(Para adultos)



TEL. 20768

(Maiores 18 anos)

15,30 - 18,30 e 21,30
Em 2.ª semana
O filme colorido

RASPUTINE

Um complicado problema
psicológico



TEL. 22523

(Para adultos)

A's 15,15 - 18,15 - 21,30
O colossal êxito de gar-
galhada

**CANTINFLAS,
O BOMBEIRO
ATÓMICO**

Uma comédia sem par nos anais do bom humor



TEL. 26305

ROB ROY, O GRANDE REBELDE

(col.) com Richard Todd

E o maravilhoso filme cultural, a cores, de
Walt Disney: **ESQUIMÓS NO ALASKA**

A's 15,15 - 18,15 - 21,30
(Maiores de 13 anos)
Hoje e amanhã: Últimas
A vibrante epopeia de um
herói fora da lei



TEL. 55131

(Maiores 13 anos)

NOITE DE ESTREIA
Jane Wyman e Rock
Hudson no filme em tec-
nicolor

**SUBLIME
EXPIAÇÃO**

Um inolvidável romance de amor

HOJE, às 18,15

«MATINÉE» INFANTIL

Cinema — Palhaços — Faz-Todos

(Maiores de 6 anos)



TEL. 38375

A's 21,15—(13 anos)
A obra máxima de
CHARLES CHAPLIN
LUZES

DA RIBALTA



TEL. 730—EST.

A's 21,30

A DAMA DA MÁSCARA DE FERRO
com Patricia Medina
(Para adultos)

Festivos e Cinemas

(Continuação da 2.ª página)

desce «O inimigo público n.º 1», vive, principalmente, através da acção de Fernand e, sem dúvida, constitui um espectáculo que nos faz rir salutarmente, apesar de certos deslizes da realização de Verneille que não teve outra preocupação senão criar um ambiente de alta comichade.

Fernand, transformado em chefe de um «gang», um chefe que no final de contas é um pobre diabo e não um perigoso bandido, oferece-nos mais uma das suas brilhantes interpretações. — *Visor 50.*

Matinées clássicas no Tivoli

Amanhã, às 18 e 15, «Ce Monsieurs de La Santé», com Raimu

A «matinée» clássica desta semana, realiza-se,

excepcionalmente, amanhã, quarta-feira, às 18 e 15, exibindo-se, «Ce monsieurs de la Santé» («Cavalheiros de Indústr») de Pierre Colum-bier, com Raimu, um filme de grande interesse para o público culto, principalmente para o cineclubismo.

Amanhã cinema no Coliseu

«Matinée» infantil com «Doido Varrido» e «Diabruras do Bucha e Estica», e á noite «Cantiga da Rua» e «Um Homem do Riba-tejo»

Amanhã, às 16 horas, matinee infantil, no Coliseu, de cinema. Entrada livre de todas as crianças, dos 6 aos 10 anos, devidamente acompanhadas. Programa: «Doido varrido» e «Diabruras do Bucha e Estica».

A' noite, sensacional programa duplo: «Cantiga da Rua», com Alberto Ribeiro e Deolinda Rodrigues, e «Um homem do Riba-tejo». Preços populares.

A Grande Companhia de Circo do Natal

estreia na sexta-feira, 3 de Dezembro, no Coliseu, com as maiores atracções



Não há dúvida que o Coliseu apresenta sempre os melhores, os mais variados espectáculos. Na próxima sexta-feira, dia 3 de Dezembro, o público vai assistir entusiasmado a mais um desses magníficos e sumptuosos espectáculos, com a estreia da Grande Companhia de Circo (a Grande Companhia do Natal). Ali verá esvoaçar pela grandiosa sala, nada menos que 50 pombos amestrados, um autêntico pombal, os Wil-son's, célebres ciclistas que tomaram parte no grande filme «O Melhor Espectáculo do Mundo»,

Charles Rivals, inimitável acrobata-cómico, leões, tigres, panteras, ursos brancos e ursos pardos trabalhando ao mesmo tempo e na mesma jaula, um nunca acabar de graça, movimento, alegria, «féerie», emoção, entusiasmo.

MOROCCO

O novo Dancing que Lisboa necessitava
AMBIENTE PARISIENSE
Hoje e todas as noites a sup.r-atracção



JUANITA CUENGA

Num programa em que colabora ENRIQUETA VALLES, RITA ORTEGA, Rosita de Espanha, Esmeralda Romero, etc. e a Orquestra CARAVANA
5.ª-feira, sensacional estreia do Ballet TRUPE HISPANICA composto de 8 es-culturais bailarinas
(Para adultos)

BEM FAZER

Para uma antiga artista de teatro, recebemos, de A. C., a quantia de 200 escudos, que agrade-mos em nome da contemp.ada.

**BOMBEIROS
VOL. LISBONENSES
AMANHÃ AS 18 HORAS
TARDE DANÇANTE**

MAIORES
18 ANOS

MAXIME HOJE

TELEFONE
25507

EXTRAORDINÁRIA NOITE SENSACIONAL
COMEMORATIVA DO

5.º ANIVERSARIO

GRANDIOSA FESTA DIGNA DAS BRILHANTES TRADIÇÕES
DESTE «DANCING»

UM PROGRAMA CHEIO DE NOTÁVEIS SURPRESAS!
ADMIRAVEL PARADA DE ARTISTAS CONSAGRADOS!

O MARAVILHOSO E ARREBATADOR TRIO

**LUISA CORAL
EMILIO MONTEERRUBIO
PACO LUCIO**

EM BAILE CLASSICO ESPANHOL

A MAGNIFICA BAILARINA

MARIA DEL SOL

A FAMOSA PARELHA DE BAILE

LILIAN et VAN DICK

E AINDA:

AS GRANDES ATRACÇÕES NACIONAIS
NAS SUAS MELHORES CRIAÇÕES

O aplaudido tenor
de fama internacional

**LUIS
P.ÇARRA**

A notável e querida
vedeta

**FERNANDA
BAPTISTA**

A bela voz romântica
da Rádio

**TONY DE
MATOS**

ÀS 3 HORAS DA MADRUGADA:

GRANDIOSO MOMENTO NA PISTA: OFERTA DO TRADICIONAL

«BOLO DO ANIVERSÁRIO»

com CHAMPANHE, A TODOS OS CLIENTES

ÀS 4 HORAS

A EMPRESA DO «MAXIME» RESERVA UMA MARAVILHOSA
SURPRESA A TODAS AS SENHORAS PRESENTES

UMA NOITE DE FESTA QUE NINGUEM ESQUECERA!
BAILE ATÉ ALTA MADRUGADA!

UM 5.º ANIVERSARIO
CELEBRADO COM GRANDEZA, VIBRAÇÃO
E ENTUSIASMO!

COLISEU DOS RECREIOS

Hoje às 21,30 SARAU DESPORTIVO-ARTÍSTICO

a favor da construção do Estádio do Belenenses

SEM CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL

Boxe (exibição) por CHICO SANTOS e JULIO MARTINS; Voos á Codonas pelo Lisboa Ginásio Clube; Mesa Alemã pelo Ginásio Clube Português; distribuição de medalhas aos atletas belenenses campeões regionais e nacionais. Rancho da Nazaré, Adelaide Faria, Carlos Ramos, José António, Manos Alexandres, Maria Antonieta, Maria de Lourdes Rezende, Paulo Alexandre, Rui de Mascarenhas e Liliane e Van Dick.

E a ilustre actriz **IRENE IZIDRO**

num «momento» especialmente escrito pelo Dr. José Galhardo

E mais: Casimiro Chagas, Elsa Marval, Eugénio Salvador, Humberto Madeira e Teresa Gomes.

A orquestra de Tavares Belo VASCO SANTANA, Artur Agostinho e Lança Moreira
NOTA — Contrariamente ao que foi anunciado não tomam parte no sarau os artistas Costinha, Barroso Lopes e António Silva.

HOJE no

MONUMENTAL

O MAIS BELO ROMANCE SENTIMENTAL
DA AUTORIA DE LLOYD C. DOUGLAS



Universal International

**JANE WYMAN
ROCK HUDSON
BARBARA RUSH**

*Sublime
Expição*

AGNES MOOREHEAD • OTTO KRUGER • GREGG PALMER

A HISTÓRIA DE UMA MULHER QUE APÓS UMA VIDA DE MARTÍRIO
SE APAIXONOU PELO HOMEM QUE MAIS DEVIA ODIAR
TERNURA NUNCA OBSERVADA EM ESPECTÁCULOS DE CINEMA!

PARA ALCANÇAR A FELICIDADE, O AMOR
E A VIDA, UMA RAPARIGA PRECISAVA DO
HOMEM QUE CAUSARA O SEU INFORTUNIO

Um exclusivo DOPERFILME

Para maiores de 13 anos

DIÁRIO DE LISBOA

O TEMPO QUE FAZ

Informação do Serviço Meteorológico Nacional:

SITUAÇÃO GERAL AS 9 HORAS (T. M. G.) DE HOJE—No continente português o céu está nublado, o vento é moderado de Oeste e caem aguaceiros nas algumas regiões, por ação duma massa de ar frio, pouco instável, transportada por uma profunda depressão localizada sobre a Irlanda e que se desloca para Nordeste.

PREVISÃO ATÉ AS 24 HORAS (T. M. G.) DE AMANHÃ—Céu nublado, vento de Oeste moderado e aguaceiros fracos ocasionais. Nas regiões montanhosas ao Norte do Douro o vento poderá soprar com rajadas muito frescas, e os aguaceiros serão moderados durante a tarde de hoje. Pequena descida de temperatura.

Temperaturas extremas registadas hoje em Lisboa, até às 15 horas: máxima, 18,8; mínima, 13,9. No mesmo dia do ano passado: máxima, 16,7; mínima, 13,2.

A RECEITA DO DIA

DOCE DE ABÓBORA—Pese meio quilo de abóbora bem madura e descascada; coza em pouca água, escorra e passe pela peneira; junte meio quilo de açúcar, 1 coco ralado e leve ao fogo num tacho, mexendo sempre, até se desligar do fundo. Deite aos bocados compridos, num tabuleiro. Polvilhe com açúcar peneirado, utilizando peneira, e deixe secar ao Sol.

BOLSA DE LISBOA

VALORES | Efect. | Comp. | Vend.

Fundos do Estado

Consolid. 2 3/4 1. 10... 835\$ 835\$ 839\$
Consolid. 3% 1. 10... 897\$ 897\$ 897\$5

Consolid. 3 1/2 % 1.10... 1.006\$ 1.007\$ 1.007\$5

Centenários 4% 1940... 2.255\$ 2.250\$ 2.260\$5

Obg. Tes. 2 1/2 % 1942... 972\$ 970\$ 993\$

Obg. Tes. 2 1/2 % 1943... 971\$ 970\$ —

Obg. Tes. 2 1/2 % 1944... — 970\$ —

Externo 1.ª série ... 1.350\$ 1.345\$ 1.350\$

Externo 1.ª série car... 1.352\$ 1.350\$ 1.350\$

Externo 2.ª série ... — — —

Externo 2.ª série car... — — —

Externo 3.ª série ... — — —

Externo 3.ª série car... — 1.465\$ 1.480\$

Caut. 3.ª série s/juro ... — 180\$ —

Obrigações

Aguas de Lisboa 5% ... — 515\$ 520\$

Norte de Portugal 5% ... 109\$ 109\$ 110\$

Gás e Electricid. 3 3/4 % ... — — —

Gás e Electricid. 4% ... — — —

Gás e Electricid. 4 1/2 % ... — 1.003\$ —

Gás e Electricid. 5% ... — 1.030\$ —

U. E. P. 3 3/4 % ... — 935\$ —

U. E. P. 4 % 1945 ... — — —

U. E. P. 4 % 1948 ... — — —

U. E. P. 4 1/2 % ... — — 101\$

U. E. P. 5 % 1951 ... — 104\$ 105\$

U. E. P. 5 % 1952 ... — 104\$ 105\$

Ações

Seguros

Fidelidade ... — — —

Mundial... — 970\$ 980\$

Nacional... — — —

Sagres... — — —

Tagus... — 3.500\$ —

Bancos

Alentejo... — — 500\$ —

Angola ... 1.000\$ 1.000\$ —

Espírito Santo ... — — —

Lisboa & Açores ... 3.100\$ 3.100\$ 3.150\$

Portugal ... — 2.305\$ —

Ultramarino... 925\$ 925\$ 930\$

C.ª diversas

Aguas Lisboa 1934 ... 228\$ 226\$ 230\$

Aguas Lisboa 1936 ... — — —

Cimentos Tejo ... — 430\$ —

Cimentos Leiria ... — 510\$ —

Crédito Predial... — 52\$ —

Elect. das Beiras ... 1.520\$ 1.500\$ 1.525\$

Gás e Electricidade ... 285\$5 285\$5 286\$

H. Alto Alentejo ... 155\$5 154\$ 155\$5

H. E. Cávado ... 1.510\$ 1.500\$ 1.520\$

H. E. Zêzere ... 1.470\$ 1.460\$ 1.475\$

Industrial Aliança... — 465\$ 470\$

Portugal e Colónias ... — 465\$ 480\$

Nac. de Electricidade... — — —

Nac. Navegação ... 1.410\$ 1.410\$ 1.425\$

Col. Navegação... — 745\$ 770\$

Port. de Pesca ... — 1.500\$ 1.530\$

Port. Tabacos ... 468\$ 468\$ 469\$

Tabacos de Portugal... 628\$ 625\$ 628\$

União Elect. Port... 275\$ 274\$ 276\$

C.ª ultramarinas

Ag. Casseque ... 2.230\$ 2.228\$ 2.235\$

Ag. das Neves ... 2.030\$ 2.030\$ 2.035\$

Agricultura Colonial ... 1.260\$ 1.260\$ 1.300\$

Açúcar de Angola... — 4.000\$ —

Boror... 726\$ 724\$ 726\$

Cabinda... 510\$ 505\$ 515\$

Col. do Buzi ... 400\$ 399\$ 400\$

Ilha do Príncipe... 3.595\$ 3.590\$ 3.600\$

Moçambique... 182\$ 181\$5 182\$5

Zambézia... 210\$ 209\$ 210\$

Incomati ... — 4.700\$ 4.900\$

Cadá ... — — —

Cotações de notas e moedas estrangeiras

PAISES | Compra | Venda

África do Sul ... 77500 78500

Alemanha ... 6565 6580

América:

Dólares de 1 a 2... 28\$40 28\$70

de 5 a 20... 28\$70 29\$00

de 50 a 1000... 28\$70 29\$00

Argentina ... 1504 1509

Bélgica ... \$57 \$58

Congo Belga ... \$56 \$57

Brasil... \$38 \$42

Dinamarca ... \$370 \$395

Espanha... \$64 \$65

França ... \$07,65 \$07,85

Holanda ... 7\$45 7\$65

Inglaterra ... 77\$00 78\$00

Itália... \$04,5 \$04,7

Marrocos... \$07,5 \$07,8

Noruega... \$335 \$365

Suécia ... \$500 \$530

Suiça ... \$570 \$680

Uruguay... \$820 \$880

Ouro:

Inglaterra (Libra) ... 260\$00 270\$00

Portugal—Barra... 32\$90 33\$30

—Barra Fino... 33\$20 33\$70

Notas estrangeiras

Pagéis de crédito

RUA DO OURO, 72 — TELEF. 21273

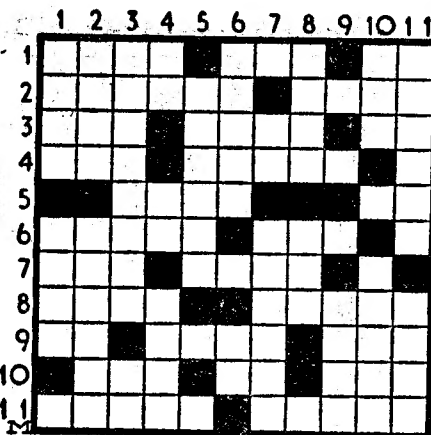
J. BURNAY, LDA.

leba SABUGA

AGUA DE SINTRA

Leiam o jornal humorístico

«SEMPRE FIXE»



PALAVRAS CRUZADAS

(COM PROVERBIO)

Problema n.º 15

HORIZONTAIS: 1—Alguém que, Cabo na costa de Marrocos que foi, por muito tempo, o limite da navegação costeira da África setentrional, e daí o seu nome. Preposição. 2—Nome da mulher de D. Afonso II, mãe de D. Sancho II e D. Afonso III, que jaz no mosteiro de Alcobaça. Desmoronou-se. 3—Ilha do arquipélago de Querimba (Moçambique). Aprisco. Símbolo químico do alumínio. 4—Igrejas episcopais. Houver. 5—Osso ilíaco. Enxerga. 6 Competidor. O qual. 7—Argola de cadeia. Encargo. 8—Divindade inspiradora da poesia. Embarcações de recreio. 9—Idem (abrev). Cursos naturais de água. Agora. 10—Partiam. Nome antigo da nota musical «dó». Maior. 11—Executar. Muito gorda.

VERTICAIS: 1—Pretendeu. Resgatei. 2—Cidade. Enganava. 3—Que corrom. Esquadrão (ant.). 4—Imperfeita. Além. Equipe. 5—Cavidade de um osso que recebe a extremidade de outro. 6—Grande embarcação. Conjunção. 7—Quarto. Espécie de tumor. 8—Debrue. Emprega. 9—Receba. 10—Ena. Simples. 11—Esposa. Cura.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passo-tempo, o PROVERBIO nele inserido.

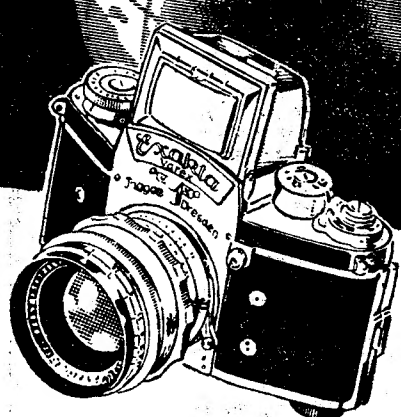
Solução do problema n.º 14

HORIZONTAIS: 1—A. Escarpas. 2—Oise. Mitos. 3—Srs. Narre. 4—Mamãs. Tufo. 5—CAS. Oira. Em. 6—Ais. 7—Reixa. Lha. 8—Orne. Colear. 9—Crachás. Ido. 10—HONRADAS. Al. 11—Área. As. Asa.

VERTICAIS: 1—Aos. Carocha. 2—Irmã. Error. 3—Essas. Inane. 4—Sé. Execra. 5—NÃO. Há. 6—Amásia. Cada. 7—Rir. Rimosas. 8—PORTAS. 9—Ateu. Lei. 10—Só. FECHADAS. 11—Suem. Arola.

(Provérbio: A CAS HONRADAS NÃO HA PORTAS FECHADAS).

EM TODOS
OS
PAÍSES DO MUNDO



E AGORA TAMBÉM EM PORTUGAL

EXAKTA

Varex 24x36mm

A MAIS FINA CÂMARA
FOTOGRAFICAEM EXPOSIÇÃO NAS BOAS
CASAS DA ESPECIALIDADE

REPRESENTANTE

M. SIMÕES JR.

R. CONCEIÇÃO, 46, 1.º—TEL. 30306-LISBOA

Declaração

Declaro que não me responsabilizo por dívidas de qualquer espécie contraídas por minha mulher, Natércia da Conceição Ferreira de Almeida, que também se assina Natércia da Conceição Ferreira.

Lisboa, 29 de Novembro de 1954.

(Segue o reconhecimento)

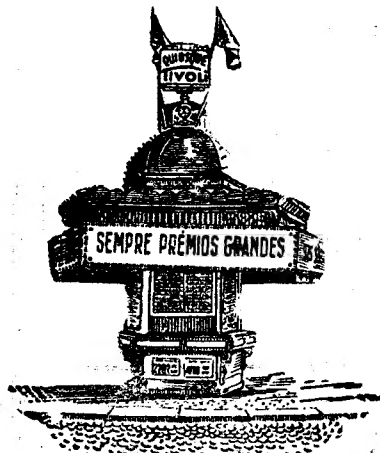
António Maria Almeida Junior

leba SABUGA

A MELHOR ÁGUA DE SINTRA

leba SABUGA

A MELHOR ÁGUA DE SINTRA

MAIS UM ANO QUE PASSA
AO SERVIÇO DA LOTARIA
NACIONAL!O POPULAR
QUIOSQUE
TIVOLI

Que comemora o 20.º aniversário da sua fundação, saúda, entusiasticamente, os numerosos clientes e admiradores que o têm distinguido com a amável presença.

Agradece também, neste dia festivo, o acolhimento E as inesquecíveis provas de apreço e simpatia, manifestadas pelo Público em geral que tantas vezes tem recebido milhares de contos, graças a inúmeros prémios vendidos.

* * *

OUTRO GRANDE DIA SE APROXIMA!!!

O DA GRANDE LOTARIA EXTRAORDINARIA DO NATAL

1.º 10.000.000.00

— Extracção no dia 21 de DEZEMBRO —

Salienta-se, gostosamente, a propósito, que ainda não se apagou da memória da Opinião Pública que foi o conhecido e festejado QUIOSQUE TIVOLI que, na mesma quadra do ano findo, proporcionou horas de suprema alegria em muitos lares, espalhando neles a TALUDA—10 MLHÕES DE ESCUDOS, ALÉM DE OUTROS PRÊMIOS SEM CONTA.

O acreditado QUIOSQUE TIVOLI que prossegue na sua carreira triunfal, aguarda, convicto, o próximo dia 21 para, novamente, distribuir o habitual cartão de «BOAS-FESTAS», isto é, rebater as fracções com a «SORTE GRANDE»—e os seus portadores festejarem o DIA CONSAGRADO À FAMÍLIA.

BILHETES 2.000.00
VIGESIMOS 100.00
CAUTELAS 20.00

(Pelo Correio mais 2.50. Não se envia jogo à cobrança)

FELIZ QUEM, SEM DEMORA, ADQUIRA FRACÇÕES
DA PROXIMA LOTARIA DO NATAL, NO POPULAR

QUIOSQUE TIVOLI

LISBOA-PORTO

Andrey Hepburn

uma lufada de ar fresco que areja o cinema americano



«SABRINA» seria um filme excepcional, mesmo sem a presença da elegante Andrey Hepburn, pelo seu agradável argumento, pela segura direcção de Billy Wilder e pela superior interpretação de Humphrey Bogart e William Holden. A figura de Sabrina criada pela gentil inglesa, que muitos julgam holandesa, veio enriquecer este filme de maneira tão extraordinária que se pode asseverar ser «SABRINA FAIR» uma das dez melhores comédias que saíram dos estúdios americanos. Andrey Hepburn, que mesmo depois de «Férias em Roma» os produtores se recusavam a promover a «estrela», ganhou com esta sua interpretação o mais alto nível qualitativo do cinema americano, havendo mesmo quem afirme ser Hepburn a maior revelação que apareceu depois de Greta Garbo.

«SABRINA» é uma comédia modelar, quer pela sua robustez técnica, quer pelo entrecho e interpretação, que nos leva a desejar que Hollywood não volte a alterar os seus rumos, agora tão magnificamente firmados para o cinema novo que todos nós desejamos.

Partiu para o Funchal o nuncio apostólico

O paquete «Império», da Companhia Colonial de Navegação, partiu hoje para os portos de África, com grande número de passageiros, entre os quais muitos colonos, oficiais do Exército e trabalhadores que vão fixar-se em Angola e Moçambique.

Para o Funchal, embarcou o sr. nuncio apostólico, acompanhado do seu conselheiro, a fim de assistir ao encerramento do Ano Mariano.

O CASO DO CONTRABANDO

Um novo despacho anulou a caução e restituiu à liberdade os indivíduos implicados

Ontem, ao fim da tarde, na Secção de Finanças de Loures, após a inquirição dos implicados no caso de contrabando de Santa Iria da Azoia, o respectivo chefe da secção, sr. Rodrigues dos Reis, lavrou novo despacho no processo. Concluindo que os indivíduos surpreendidos em flagrante delito de descarregamento do contrabando não eram os donos da mercadoria, aquela entidade, na sua qualidade de juiz do contencioso aduaneiro, anulou o despacho anterior em que lhes fora arbitrada, no conjunto, a caução de 48.000 contos e atribuiu a propriedade do contrabando a «desconhecidos».

Dessa forma, os inculcados foram postos em liberdade hoje, aguardando que o processo seja enviado para o Supremo Tribunal Administrativo, secção aduaneira, onde será dentro em breve julgado.

No caso de os implicados não recorrerem do processo, fá-lo-á o chefe da secção de Finanças de Loures, segundo o que por lei está determinado.

A mesma hora, o sr. Rodrigues dos Reis notificou os advogados, srs. drs. Zenha e Salas do conteúdo do novo despacho que punha os reus em liberdade.

Uma cega deu à luz três gémeos um dos quais morreu

O bairro da Urmeira, á Pontinha, é tão populoso que semanalmente se verificam ali de oito a dez nascimentos. Na passada madrugada, porém, deu-se ali o caso raro do nascimento de três rapazes dum só parto, filhos de Benedita Heitor Faustino e de João Marques Pinto. O casal já tinha três filhos, e a mãe, e os recém-nascidos, foram recolhidos, por iniciativa do chefe do distrito, na Maternidade Alfredo da Costa, onde chegaram pelas 9 horas.

Aconteceu, porém, que, durante o percurso, na ambulância, morreu um dos garotos, mas os dois sobreviventes encontraram-se bem, pesando cada um cerca de quilo e meio.

A mãe, cegou aos 16 meses em consequência de um ataque de varíola, e ainda hoje não vê de uma vista. É natural de Elvas, como o marido, mas vieram a conhecer-se em Lisboa para compartilhar duma vida difícil, porque ele é cabouqueiro, quando há caboucos para abrir, e está sem trabalho muitas vezes, pelo que merece o auxílio das almas generosas este lar onde abundam os filhos, e falta pão para lhes dar.

300 quilómetros de material de via para os caminhos de ferro do Congo e Moçambique

No gabinete do sr. ministro do Ultramar, assinou-se, hoje, um contrato para fornecimento de 300 quilómetros de material de via — 180 destinados ao caminho de ferro de Moçamedes e 120, ao do Congo, na província de Angola.

Outorgaram o contrato, cujo valor é superior a 73 mil contos, e estabeleceu oito meses para a conclusão do fornecimento, os srs. comandante Sarmiento Rodrigues, titular da pasta, por parte do Estado, e Hans Pasel, em representação da firma Ferrostaal, Akt. Ges, de Essen — a adjudicatária.

Firmado o contrato, o sr. comandante Sarmiento Rodrigues disse que a adjudicação do fornecimento dava grande satisfação a Angola e provava a regularidade com que se cumpre, gradualmente, o Plano de Fomento do Ultramar.

O sr. António Pinto Leite (Olivais), em nome do sr. Hans Pasel, agradeceu ao ministro a confiança depositada na Ferrostaal e afirmou que esta empresa executaria o fornecimento com a regularidade que já a caracterizava.

Os velhos

(Continuação da 1.ª página)

Isso, porém, não o conduziu aos exageros que perturbam o pensamento sereno e equilibrado. Aproveitou todas as lições da experiência, a fim de que ninguém o acusasse de alheio à lógica e à crítica dos grandes problemas. Quando os compatriotas perguntam uns aos outros quando deixará Churchill de se repetir, dizendo hoje o que já dizia há vinte ou trinta anos, os seus amigos respondem-lhe:

— Não é o orador que se deve calar, mas os seus adversários que se devem habituar a compreendê-lo.

Apesar dos seus oitenta anos, cada um dos seus discursos, marca um ponto na sua oratória movimentada e experimentada. Sabe melhor do que ninguém marcar a significação de um assunto, colocando-o, em plena claridade, perante a curiosidade de um auditório impaciente.

MELHOROU O TEMPO

e normalizou-se o serviço na barra

As condições do tempo no mar melhoraram, pelo que o movimento na barra já recomeçou. O tráfego no Tejo fez-se ainda com precauções. Alguns navios estrangeiros que ontem se haviam refugiado no Tejo já hoje retomaram viagem.

O perfil de

(Continuação da 1.ª página)

deiras para deter qualquer assalto à Grã-Bretanha tornaria possível a derrota eventual da Alemanha e a reconquista da França.

A medida que a guerra se prolongava, iam-se tornando mais complexos os problemas políticos que ela implicava. Aqueles que trabalhavam de perto com o primeiro-ministro em tais assuntos aprenderam a admirar acima de tudo o seu critério político — critério que não se deixava seduzir por fantasias e que se mantinha sempre apegado a princípios realistas, tanto nos assuntos domésticos como nos internacionais. Winston Churchill exigia muito aos homens e às instituições; todavia, nunca exigia demais.

Utilizando a experiência

A maior força de sir Winston Churchill residia no seu temperamento leonino. A sua carreira no passado também foi de grande valor para ele. Como sucedeu com a nação a que pertencia, muito do seu êxito foi o resultado, não da sorte, mas da faculdade de utilizar a experiência. Desde a mais tenra infância que vivia numa esfera social politicamente tão brilhante como qualquer outra na história inglesa. Antes de ascender a primeiro-ministro, tinha exercido altas funções durante mais de trinta anos.

Tinha visto a guerra em primeira mão, na área decisiva da frente de batalha, não menos do que nos próprios centros de autoridade. O desfecho desastroso da campanha de Gallipoli constituiu para ele um aviso contra os perigos das demoras, meias-medidas, opiniões repartidas. Conhecia, por os ter observado de perto, os méritos e defeitos de Asquith e Lloyd George como primeiros-ministros em tempo de conflito armado, e, em 1940, via bem os motivos por que a nação não estava satisfeita com a direcção de Neville Chamberlain.

Os anos em que não exerceu qualquer cargo, entre 1929 e 1939, tinham dado a Winston Churchill tempo para reflectir, amadurecer o seu critério e aprofundar a sua compreensão da guerra e da política mediante o estudo da História. Há um facto que se destaca na maneira como manobrou a política doméstica britânica como primeiro-ministro. Na Primavera de 1940, e nos meses anteriores à eclosão das hostilidades, as divisões partidárias tinham sido aceras e violentas. Na sua melhor hora — para empregar a própria frase que ele aplicou aos seus compatriotas — Winston Churchill não pertencia a qualquer partido, evitando cuidadosamente tudo quanto pudesse reacender diferenças partidárias ou até lembrá-las de novo à nação.

Um estranho paradoxo

Há um estranho paradoxo nas realizações daqueles anos de guerra, e o próprio sir Winston o enunciou com



CASINO ESTORIL

SEXTA-FEIRA, 3

no «Wonder-Bar» às 23.30 e 1.30

NICOLE LOUVIER

A revelação de «music-hall» francês
Marcam-se mesas (Tel. Estoril 730)
(Para maiores de 18 anos)

///

31 de Dezembro

A VELADA DO ANO NOVO

Noite de S. Silvestre

Um «réveillon» com tradições

(MARCAM-SE MESAS)

ACONFIDENTE
A MAIOR ORGANIZAÇÃO DO PAÍS
R. PASSOS MANUEL, 14 - PORTO - ROSSIO, 3 - LISBOA
TELEFONES 2701 - 2872
COMPRAS, VENDAS E HIPOTECAS DE PROPRIEDADES

PRATEX

Use em todos os prateados, pratos, etc. Nas boas drogarias e casas de ménage.

PALAVRAS PARA QUE?

DENTES COMO ESTES

SÓ COM

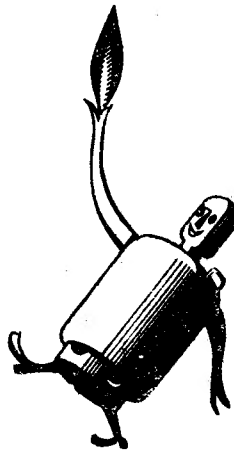
PASTA MEDICINAL COUTO

CONTRA AS DOENÇAS DA BOCA

NÃO CONTEM CLOROFILA



GAZCIDLA



A fim de que todos possam beneficiar das vantagens que oferece a utilização do GAZCIDLA, resolveu a sua distribuidora exclusiva — CIDLA-Combustíveis Industriais e Domésticos, S. A. R. L. — conceder, a todos os consumidores entrados no mês de Dezembro, 10% de desconto em todo o material de queima de fabrico nacional, que seja adquirido, e, ainda, o conteúdo de uma garrafa de 13 kilos.

Estas regalias — absolutamente excepcionais — podem-se obter quer directamente na CIDLA, em Lisboa, Porto e Coimbra, quer através dos seus Agentes Centrais e distribuidores em todo o País.

EM QUALQUER TIPO DE APARELHOS, SÃO CONCEDIDAS FACILIDADES DE PAGAMENTO. VIVA COM GAZCIDLA ONDE QUER QUE VIVA!!!

Sir Winston Churchill

grande clareza. O objectivo da sua orientação era a vitória—vitória completa e avassaladora que salvasse o seu país e ajudasse a salvar o mundo da destruição dos valores civilizados das mãos dos Alemães e seus cúmplices.

Este objectivo foi atingido. Ganhou-se a vitória. No entanto, na hora do sucesso, tornou-se claro que graves e sinistras divergências estavam a surgir na coligação militar dos aliados. O hielianismo cambaleava já, mas um novo perigo—o mau uso do grande poder agora nas mãos dos comunistas—ameaçava os países libertados bem como o resto do mundo livre. De um modo geral, esta situação seria inevitável se os comunistas assim o quisessem. A responsabilidade de se ter aberto o caminho ao abuso do poder comunista cabia aos Alemães, que já tinham feito outro cálculo errado ao mandarem Lenine para a Rússia um quarto de século antes.

A homenagem da Câmara dos Comuns a Churchill

LONDRES, 30.—Por motivo do 80.º aniversário de sir Winston Churchill, o Parlamento britânico enviou-lhe a seguinte mensagem: «Nós, membros eleitos da Câmara dos Comuns, representando todos os partidos políticos e todo o povo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, juntamo-nos para exprimir o nosso profundo afecto por V. Ex.ª e a nossa fiel gratidão pelos serviços incomparáveis que, durante mais de cinquenta anos, prestou ao Parlamento e aos habitantes deste reino como á causa da Justiça, da Liberdade e da Paz».

Este texto, assinado por todos os parlamentares, excepto um pequeno grupo de deputados trabalhistas, é escrito em pergaminho e foi entregue a sir Winston Churchill ao mesmo tempo que o seu retrato pintado por Graham Sutherland, numa cerimónia no Westminster Hall. Na margem da mensagem, foram desenhados o cãozinho preferido do homenageado, Rufus, um dos cisnes de Chartwell, um dos seus peixinhos encarnados, o seu charuto e dois dedos em «V».—(F. P.).

As homenagens de todo o Mundo

LONDRES, 30.—«Sir Winston Churchill está penhorado e muitíssimo bem disposto»—declarou o seu genro o secretário particular, Christopher Seames, quando o primeiro-ministro saía da residência oficial de Downing Street para Westminster.

Desde as 7 horas de hoje, naquela pequena rua, o testemunho da estima dos Ingleses e do Mundo inteiro chega ao grande estadista por cartas, encomendas e flores, transportadas em vai-vem ininterrupto pelos veículos dos correios.

Quando sir Winston apareceu com o inseparável charuto e um grande sorriso, a multidão desatou a gritar: «Good old Winnie!» e a cantar em coro o «Happy Birthday to you».

Na Câmara dos Lordes, o primeiro-ministro assistiu á leitura do «Discurso do Trono», pela rainha Isabel, e, caso talvez sem precedente—toda a augusta assembleia de pares e deputados tinha os olhos fitos nele, e não na soberana.—(F. P.).

No entanto, para o primeiro-ministro britânico, que via uma esperança para o Mundo na cooperação da Grã-Bretanha e restantes povos da Comunidade Britânica com os Estados Unidos, União Soviética e uma França restaurada, a recusa dos comunistas a acederem mesmo a uma co-existência pacífica, cada nação adentro das suas próprias fronteiras, constituiu um enorme desastre político. Assim, no próprio dia da rendição alemã, o primeiro-ministro só podia fazer a si mesmo perguntas inquietantes. Não haveria fim aos sacrifícios exigidos pela defesa armada da liberdade? Quanto tempo duraria esta nova ameaça? Compreenderiam os seus compatriotas, bem como as nações aliadas e associadas com a Grã-Bretanha, as terríveis consequências futuras de uma «cortina de ferro»?

Não será extravagante dizer que, durante aqueles últimos meses da guerra, o primeiro-ministro se viu cercado de uma certa solidão. Preocupavam-no problemas que não poderia expor abertamente á nação, e perigos de que a opinião pública só lentamente se aperceberia. Tinha de gastar muito tempo a expor aos Americanos os argumentos a favor da política britânica. Esteve, talvez, menos perto do presidente Roosevelt nos últimos meses, quando a saúde do Presidente falhava já; as suas relações com o presidente Truman—para ele um estranho—não podiam ser íntimas. Os esforços que fizera para estabelecer um entendimento cordial e prático com Estaline esfacelaram-se no egoísmo gelido das exigências russas. Finalmente, foi recusado o seu conselho militar sobre assuntos que lhe pareciam de importância vital para o futuro da Europa ocidental.

O prestígio do Parlamento

Sir Winston nunca afirmou que estivesse sempre dentro da razão. Prestou até preito ao auxílio prestado pelos seus colegas políticos e oficiais mais íntimos. Na realidade, revelou a sua envergadura ao repartir o seu êxito com outros, reservando para si a responsabilidade de quaisquer malogros. Jamais alguém teve melhores adjuntos. Se se manifestasse demasiado impetuoso em qualquer problema político, se procurasse levar longe demais a sua facilidade em pormenores administrativos, já estariam conselheiros para o persuadir a alterar uma decisão apressada.

Apesar disso, porém, a força dirigente, centralizadora, coordenadora, o manancial e o fogo residiam no próprio Winston Churchill. Cumpriu a sua missão sem a oratória bombástica nem os adornos que caracterizam os ditadores. Nunca esquecia que era o primeiro servo da Coroa, responsável perante o Parlamento por todos os actos de Estado. O executivo na Grã-Bretanha tinha recebido poderes extraordinários. No entanto, o prestígio do Parlamento era maior no fim do que no início da administração do primeiro-ministro.

Churchill pediu ao povo inglês que abdicasse provisoriamente das suas liberdades, mais do que jamais fizera nos tempos modernos; no entanto, encorajou esse mesmo povo a acariar essas liberdades, incluindo, como disse com certa ironia, o direito de escolher outro primeiro-ministro. Orgulhava-se tão somente nas realizações do seu país e no seu desdém pessoal pela bestial crueldade dos inimigos do seu povo. Pela sua humanidade, pela sua sensatez maciça, pela sua coragem, pela amplitude da sua mente orientadora, não há quem o rivalize na história do seu país por um milénio—desde os dias quase lendários do rei Alfredo—e, passados outros mil anos, o povo inglês continuará a contemplar a sua obra com espanto.—L. W.

SERVICOS DE CHÁ

GRANDE VARIEDADE — FABRICO PRÓPRIO

Ourivesaria Pimenta

Rua Augusta, 253 — Tel. 24564

Acorda de Savel?

SEMANALMENTE DAREMOS A V. EX.ª

nas montras do nosso «Salão»

«UMA SUGESTÃO NOVA»

para os seus presentes de NATAL e passagem do ano

Visite a nossa original exposição

Veja as nossas montras

Confronte os nossos preços

Antiga Casa *Jose Alexandre* Lda.

8 — RUA GARRETT — 18 LISBOA

MERKER

O esquentador-distribuidor suíço que lhe permite elevar a água quente a vários andares.

Em exposição: R. DE S. PAULO, 142

Foi adiada a colocação do novo viaduto de Xabregas devido a um descarrilamento

Devia proceder-se esta tarde á colocação de duas das novas vigas do viaduto ferroviário de Xabregas, a cuja substituição nos referimos há dias. Pelas 14 e 30, já se encontrava no local o sr. eng.º Abragão, chefe dos serviços de pontes da C. P., acompanhado pelos seus cooperadores. Aguardava-se apenas a passagem de um extenso comboio de mercadorias, composto de cinquenta vagões vazios e tirado por uma moderna locomotiva de fabrico americano, para se proceder ao assentamento das novas vigas na linha onde o tráfego se encontrava fechado desde que se levantaram, há dias, os velhos arcos a substituir.

A referida formação, em marcha muito lenta e cautelosa, devido ás obras no local, começou a passar pela via única ás 14 e 40. Cinco minutos depois, dois vagões descarrilaram antes de atingir o viaduto, mas a potente locomotiva continuou a puxar o comboio. Já não era possível avisar por sinais o maquinista, pois como há ali uma curva, a locomotiva depressa deixou de se ver do local. Entretanto os vagões descarrilados, ora tombando para um lado ora para outro, mas sempre ligados á formação, aproximavam-se do viaduto onde se precipitaram na Rua de Xabregas, com risco de arrastar parte do comboio pois, como comentava o eng.º Abragão, «quando é necessário que os engates se partam, é precisamente quando não se quebram...».

Os curiosos aglomerados na Rua de Xabregas afastaram-se mais ainda do viaduto, a Polícia fez parar todo o transito de veículos e houve um momento de emoção entre todos os que assistiam ao inesperado episódio.

Foi a decisão de um funcionário do serviço de pontes da C. P. que salvou a situação: correu ao vagão da cauda, puxou a respectiva manivela, o que equivale a accionar o freio do vácuo e fez assim chegar o sinal de alarme á locomotiva. O comboio parou quando os vagões descarrilados estavam a dez metros do viaduto—ou seja do precipício. Foi uma sensação de alívio que se descortinou em todos os rostos...

Começaram então os trabalhos de carrilamento dos dois vagões, os quais se devem prolongar pela tarde adiante, pelo que é provável que o assentamento das novas vigas já não se efectue, hoje, mas sim depois de amanhã.

Foi posto em liberdade

o comerciante Eduardo Alegria

Deve chegar a Lisboa amanhã ou depois, de regresso de Angola, onde foi proceder a investigações sobre o caso da herança de António Couto, o inspector da Polícia Judiciária, sr. dr. Luso Soares, que é acompanhado pelos agentes Samuel e Celestino Gomes. Não se fez ali qualquer detenção, tendo sido apenas ouvidas algumas pessoas. O sr. dr. Luso Soares deixou á Polícia Judiciária de Luanda o encargo de ouvir, por cartas precatórias, algumas pessoas que, durante a sua estadia em Angola, não teve tempo de inquirir.

Tendo terminado hoje o prazo de 45 dias de prisão, sem culpa formada, do comerciante sr. Eduardo Alegria, o sr. dr. Geraudes Cardoso, que está a substituir o sr. dr. Luso Soares, durante a sua ausencia em Angola, propôs ao juiz sr. dr. Santos Vitor, subdirector da Polícia Judiciária, que o detido fosse posto em liberdade, proposta com que este magistrado concordou.

O detido foi libertado porque os investigadores reconheceram não ser necessário conservar a prisão daquele comerciante para prosseguimento das investigações. A prisão, de resto, podia ser prorrogada até 3 meses.

As investigações continuam, todavia, contra Eduardo Alegria, por crime de perjuízo em relação a um processo que existe no Tribunal da Comarca de Soure.

O processo do caso Couto, está em 12 volumes, não contando com os elementos reunidos agora em Africa.

O engenheiro, sr. Mauricio Vieira Brito e o dr. Paulo Nunes da Silva, cabeça de casal, detidos, respectivamente, há 38 e 28 dias, aguardam a chegada do inspector sr. dr. Luso Soares, para ser resolvida a sua situação, visto não terem ainda completado 45 dias de detenção sem culpa formada.



Apreensão de café em grão em várias regiões da fronteira

As brigadas da Direcção dos Serviços de Fiscalização estão a apurar os prazos dentro dos quais os armazenistas-importadores de cafés procedem ao levantamento da mercadoria já adquirida. As vendas de café em grão, dos armazéns aos retalhistas do interior, estão a ser vigiadas. Nas regiões fronteiriças, designadamente nos concelhos de Elvas, Campo Maior e Valença, têm-se feito apreensões de café em grão, ora e torrado. Continua em instrução o processo relativo ao comércio de cafés por grosso, com pagamento extra-facturas e estão a ser ouvidas várias firmas.

As brigadas que actuam nos concelhos da fronteira do Minho, têm feito algumas apreensões de ovos e determinado a sua venda nos locais da apreensão, bem como a remessa do artigo para os grandes centros de consumo. Na Beira-Litoral, os habituais fornecedores de ovos para a capital, foram avisados de que devem praticar, nos seus fornecimentos, os preços normais, que não podem exceder os de igual época do ano passado.

Carne abatida clandestinamente e outros delitos

Mantém-se a fiscalização das carnes no Norte, especialmente no Porto e arredores. As brigadas têm vigiado a chegada de carnes provenientes dos concelhos limítrofes e da Beira-Alta, no sentido de se evitar a entrega, para consumo e fabrico de enchidos de reses de origem daviçosa, quanto a inspeção sanitária. Têm sido detidos, para averiguações, alguns marchantes por não explicarem claramente a proveniência de reses abatidas. Continua a vigilância aos fabricantes clandestinos de salsicharia. Foram processados diversos talhantes de Lisboa, Porto, Guimarães, Chaves, Guarda, Penafiel, Gouveia, Pórtimão, Vila Franca de Xira, Azambuja, Seixal, Sines e Amadora, por especularem nos preços de venda ao público. A especulação atingiu, nalguns casos, 2550, 3560, 4540 e 6540 a mais em quilo, nas carnes de vaca e de vitela. Num talho de Azambuja vendia-se vitela, designada por «cheio do peito», por mais 13500 em quilo.

Continuam alguns oportunistas a negociar em sal, sem estarem inscritos no organismo regulador competente. Foram apreendidas quatro toneladas de sal a um destes indivíduos, na Nazaré.

Está a ser apurada a actividade de vários indivíduos que têm procedido á exportação de madeiras, sem estarem inscritos no organismo corporativo competente, servindo-se dos nomes de firmas exportadoras a quem dão uma comissão.

Foram convocados alguns detentores de cortiça de falka e enxó, da margem Sul do Tejo, para os serviços de fiscalização da I. C. A., onde lhes foi dito que, em vista do organismo coordenador competente ter informado de que se está a fazer sentir a falta daquelas qualidades de cortiça, para a elaboração das fabricas de aglomerados, não poderão recusar a sua venda ao preço tabelado oficialmente, sob pena de apreensão da mercadoria e respectivo processamento. A Fiscalização chamou a atenção para o facto de outros detentores daquelle tipo de cortiça, a fim de evitarem procedimento que não pode deixar de ser rigoroso.

Prisão de especuladores com bilhetes de teatro

Ontem á tarde foram detidos á porta de uma casa de espectáculos 8 indivíduos que escavam a vender bilhetes de 7550 a preços de 20 e 30500. Dois deles, um empregado de escritório e outro vendedor ambulante, ficaram presos e vão ser hoje preteridos a tribunal pelas brigadas da Direcção dos Serviços de Fiscalização.

Missão científica

de S. Tomé e Príncipe

No avião da T. A. P. chegaram a Lisboa os srs. prof. dr. António de Almeida, e Arnaldo Rosa e António Marques de Almeida Junior, componentes da missão científica de S. Tomé e Príncipe, chefiada pelo prof. eng. Ezequiel de Campos, actualmente em Angola.

Durante os dois meses e meio que duraram os trabalhos de campo, a brigada de estudos de vegetação recolheu em S. Tomé e no Príncipe cerca de um milhar e meio de exemplares. Procedeu, também, á recolha de materiais para se poderem apreciar as variações da cobertura vegetal, particularmente nos cacocirais, em vista a determinar as características dominantes nestas regiões.

As observações feitas permitem fixar de modo mais seguro a distribuição da vegetação nas duas ilhas desta provincia ultramarina.

A brigada de etno-sociologia teve ensino de estudar a antropologia fisica de séries de Angolares, Tongas e de Nativos — pela primeira vez observados sobre este aspecto — e bem assim de apreciar desenvolvimentos e usos e costumes de cada um destes grupos técnicos.

Além da sua importancia antropológica, os trabalhos desta brigada concorrerão bastante para o esclarecimento e a resolução dos problemas económico-sociais de S. Tomé e Príncipe.

O discurso do presidente do Conselho

(Continuação da 3.ª página)

tegração pelo processo da «não violência», têm-se desenvolvido pelos meios seguintes:

— bloqueio com a prática proibição do comércio entre a União e os territórios portugueses;

— apoio oficial às decisões impostas pelos extremistas às organizações sindicais dos portos da União, para tentarem alargar o bloqueio em relação a terceiros países, recusando serviços aos navios que demandem Goa;

— recusa de autorização para o trânsito das pessoas entre os territórios encravados e os restantes territórios portugueses; dificuldades administrativas, roçando pela recusa total, a passagem ou trânsito de estrangeiros ou nacionais dos dois países em qualquer sentido;

— dificuldade ou recusa de transferência das economias dos goeses que trabalham na União Indiana, para as famílias residentes em Goa;

— demora abusiva e censura da correspondência proveniente ou em trânsito pela União;

— actos de abordagem e mesmo de pirataria contra barcos de pesca ou de comércio por barcos dos serviços da União;

— preparação e alistamento de grupos, pequenos á falta de gente para serem grandes, constituídos por satia-grais — método de perturbação da ordem publica muito usado na União Indiana e aí severamente reprimido, e que entre nós nem mesmo podia lograr compreensão para a parte do sacrificio pessoal que a oferta do «satia-gra» envolve, desde que se verifica não se tratar de rasgos espontaneos e actos gratuitos, mas promovidos, encomendados e pagos a tanto por «mártir».

O Primeiro-Ministro da União declarou em certo momento não ser permitida aos não goeses a saída do território para manifestações daquele género. Que a decisão foi alguma vez cumprida deduz-se da intervenção que tiveram nalguns ajuntamentos na fronteira comum as autoridades da União Indiana. Que a ordem não é absoluta ou rigorosa depreende-se do facto de boa parte dos indivíduos presos em Goa não terem a nacionalidade portuguesa.

O significado da «não violência»

Temos assim duas ordens de situações e, portanto, duas ordens de problemas—os derivados da existência de territórios encravados na União e suas relações com o Estado soberano, e os problemas e relações de simples vizinhança entre a União Indiana e os territórios contíguos do Estado Português da Índia. Num e noutro caso a política seguida é confessadamente a da «não violência».

É bastante difícil a um cérebro ocidental classificar dessa forma os factos ocorridos nos enclaves, quando se verificou a intervenção de forças armadas da União Indiana, comandadas pelos seus chefes; o fornecimento de armas de guerra e de outros meios de invasão; actos agressivos, com mortos, feridos e prisioneiros, e o impedimento, pela força, ostensivamente postada na fronteira, do exercício do poder legítimo. E quanto a todos os outros actos que se destinam a estorvar pela fome ou a perder por eventual revolta os habitantes dos territórios vizinhos, deduz-se que a «não violência» se concilia com o desrespeito das leis e dos tratados, a violação das imposições do direito natural, o desconhecimento dos simples deveres de humanidade, a inteira ausência de cooperação entre os povos, e abrange, por outro lado, todo comportamento hostil, sem limitações jurídicas ou morais, contra as pessoas, as famílias, os povos e direitos de umas e de outros. Numa palavra, a «não violência» compreende tudo ou é susceptível de tudo compreender, menos a guerra, declarada pelos governos e conduzida pelos exércitos. Suponho não exagerar e em matéria tão delicada, dadas as conclusões a que chego, gostaria de ver com exactidão.

Ponho agora o problema: tem a União Indiana o direito de se comportar como comporta? Pode legitimamente prosseguir uma política que embora chamada de «não violência» se define como deixei dito? A minha resposta é negativa e desenvolve-se como segue: desde que a União India-

na pretende constituir um elemento da sociedade internacional e designadamente faz parte das Nações Unidas, cujos princípios se obrigou a aplicar e defender, já não são as suas aliás abstrusas noções que ela pode impor arbitrariamente ao Mundo, mas os conceitos e as normas de convivência dessa sociedade que é obrigada a seguir e a respeitar.

Parece julgar-se na União Indiana que não há enclaves na terra mais que Dadrá e Nagar Aveli. A existência de enclaves de que há numerosos exemplos—a própria União Indiana possuía um nos territórios de Heiderabade antes de anexar esse Estado pela força—não é mais que a aplicação ou extensão do caso dos Estados interiores, tão legitimamente independentes como os outros e tão reconhecidamente soberanos como os Estados com ligação directa para o mar livre. Mesmo que as situações não tenham sido expressamente definidas e asseguradas por tratados, o direito internacional garante plenamente a esses Estados, como inerente ao direito de viver, o direito de se governarem, de trabalharem, de comerciarem com o exterior. Nunca ocorreu que, em aplicação de um regime de paz, a Suíça, o Luxemburgo, a Checoslováquia possam ser privados da possibilidade de manter relações comerciais através dos países limítrofes, receber desses e dos outros mercadorias, energia, pessoas que desejam deslocar-se; nem nunca alguém ousou defender a tese de que, para acabar com a categoria de Estados interiores, se deve reconhecer às potências limítrofes anexá-los pela força, ou pela «pacificação não violência» da União Indiana.

Não se nega que a existência de enclaves pode constituir fonte de algumas dificuldades para uma ou outra administração: as situações são, porém, análogas e os problemas que suscitam da mesma índole dos dos Estados interiores. É tal a força do princípio do direito natural—a possibilidade de ser exercido um direito que se reconhece—que na prática nunca se houveram por possíveis mais que duas atitudes—ou negar a soberania ou reconhecê-la com o reconhecimento implícito do direito de passagem aos agentes da autoridade legítima, para o fim de se assegurarem as condições de vida legal e a satisfação das necessidades das populações. Só a União Indiana tenta abrir um terceiro caminho, e por isso se encontra na posição indefensável e unica de nem poder anexar os enclaves para não comprovar um acto de guerra, contra a soberania que ela própria reconhece, nem deixá-los viver sob a unica soberania legítima e possível—a soberania portuguesa. A União não recebeu só territórios, autoridade, interesses, direitos; herdou também as situações jurídicas e de facto, preexistentes á independência, e que a Inglaterra reconhecia, não podia alterar unilateralmente e a quem lhe sucedeu cumpre fialmente respeitar.

As relações de boa vizinhança consagradas no preambulo da Carta das Nações Unidas impõem igualmente á União Indiana, em face de Goa, não só a abstenção dos actos inamigáveis e hostis que ilegítimamente inclui na sua politica de «não violência», mas a pratica de actos positivos de convivência e colaboração. Eu não podia exprimir-me melhor a este respeito do que o próprio sr. Nehru, quando afirmou recentemente no seu discurso de Pequim: «a paz não é só a ausência da guerra; a paz é positiva e só existe verdadeiramente numa atmosfera de cooperação entre as nações». Para não se poder afirmar que o primeiro-ministro só pensa com correcção nos domínios do universal, esperemos que rectifique no pensamento e na acção os seus conceitos de não violência, de paz, de boa vizinhança e cooperação fraterna, conceitos que tem mobilizado contra Portugal, mas repugnam á consciência do Mundo civilizado a que deseja pertencer.

Goa e o Mundo

Através das ameaças e actos agressivos de que tem sido objecto e vítima, Goa atraiu durante os ultimos meses a atenção e despertou por toda a parte um movimento de ansiedade. E apesar

de serem praticamente ilimitados os meios de propaganda de que a União dispõe e intensa a sua actividade, ela não pôde evitar que uma consciência geral se formasse, condenatória dos seus métodos de pressão e criminosas agressões: o Governo da União Indiana comprometeu e desacreditou connosco o seu pacifismo e a sua politica de «não violência».

Em quase todos os países onde há possibilidades de uma expressão publica, o caso de Goa foi acompanhado e discutido: nos países comunistas, muito compreensivelmente, com inteiro apoio ás pretensões da União Indiana; em Estados recém-constituídos, presos ainda de preocupações e receios, com a circunspecção e prudência que lhes impõem aparentes analogias, a viveza das suas próprias pretensões, a memória de lutas recentes; mas nas outras nações que usufruem estabilidade de vida politica e reconhecem o valor do direito nas relações internacionais, Portugal pôde contar com simpatia para as queixas e apoio para a sua causa. As atitudes ou declarações que em Nova Delhi pretendiam diminuir o numero e valor das intervenções e diligências diplomáticas efectuadas como o ambito e significação de garantias e tratados, não obtiveram eco na opinião informada.

Evidentemente o Governo não podia ter a pretensão—nem era esse o intuito do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros—de obter de todos os outros governos que tomassem partido sobre o mérito da causa. Mas, no cansaço da desordem e das violações, pela força, dos direitos alheios, a generalidade dos Estados pôde formular um voto de que a União Indiana se sustivesse no caminho da agressão, permitisse a verificação dos factos por olhos imparciais e procurasse dirimir quaisquer diferendos por meios pacíficos. Esta a posição dos governos e nenhuma outra mais precisa ou mais avançada se poderia ambicionar. Alguns, porém, foram mais além. Se os não cito é que receio ser injusto na apreciação ou incorrecto no esquecimento, referindo-me especialmente a alguns e ainda que me limitasse aos que nos estão mais ligados pela contiguidade ou vizinhança na Península ou em África, pelos laços de parentesco e familia ou relações politicas especiais.

Passou e sofreu a França dificuldades semelhantes e os acontecimentos seguiram quanto a ela orientações diversas; não podemos porém esquecer a elegancia com que, durante negociações difíceis e designadamente no seu fecho, o Governo francês se empenhou em vincar a diferença de condições que não lhe permitiam resistir á União nem a esta tirar do accordo efectuado argumento contra nós.

Fora das chancelarias

Fora das chancelarias e esferas governamentais, na Imprensa e entre os homens de estudo, a questão de Goa foi geralmente compreendida e acompanhada na sua relevancia juridica, valor historico e simbólica representação do esforço do Ocidente em alargar as fronteiras do Mundo para beneficio comum da Humanidade. Muitos se manifestaram contra as cedências sucessivas e as capitulações ante forças que estão longe de ter demonstrado a sua superioridade em qualquer campo, e sustentam que, se a Portugal se deve ter erguido em Goa o glorioso padrão de uma das maiores viragens da História, é falho de sentido e de justiça que se lho arranque das mãos.

Mas esta razão é uma razão politica sem presa no espirito dos dirigentes da União Indiana, pois precisamente pensam que está no facto a origem das grandes infeliciades da India na época moderna. Não significa outra coisa a campanha em que se acusa o Estado Português da India de ser um anacronismo historico e uma expressão de colonialismo. Tais acusações não têm fundamento no caso de Goa, mas o Mundo mostra-se extraordinariamente sensível a essas grandes frases, e nós vemo-nos obrigados a parar uns momentos para lhes dar atenção.

Eu confesso grande medo aos ideologos que, afeitos ás abstracções e concepções geométricas, pretendem refa-

zer séculos de História nas suas mesas de trabalho. O que é um anacronismo historico? A vida dos povos é cheia de estruturas do passado e delicados germes do futuro, que pouco a pouco se desenvolvem, sem haver regra ou momento preciso que fixe as mutações na carta politica do Mundo. Por isso esta se apresenta em cada momento recheada de illogismos e anacronismos que as vicissitudes historicas criaram e a prudência aconselha a respeitar.

Para começar por nós próprios: Portugal separou-se dos outros Estados da Península e tem noutros continentes elementos estruturais da Nação: um illogismo quanto a alegados imperativos da geografia. A Suíça formou-se de alemães, franceses e italianos, que conservam os idiomas originaes: um illogismo quanto á lingua. Os magiares ocupam há mil anos a Hungria, no seio de uma Europa linguística e racialmente diferente: um illogismo quanto á raça. E assim sucessivamente. Em que é que a existência de um povo de cultura ocidental no Indostão e fazendo parte de uma Nação europeia pode repugnar mais á intelligência que os outros illogismos citados? Não. A alegação do illogismo ou anacronismo historico não tem sentido senão quando se lhe empresta o significado pejorativo de colonialismo. Existe então este no Estado Português da India? Eu já demonstrei o contrario na minha exposição de 12 de Abril e nenhum dos factos em que me baseei pode ser contestado.

O ambito do colonialismo

O colonialismo exige essencialmente o desnível das raças e das culturas, um objectivo de exploração económica servido pela dominação politica, a qual geralmente se exprime pela diferenciação entre o cidadão e o subdito. Não há colonialismo onde nenhum beneficio estratégico, económico ou financeiro se tira e o orgamento metropolitano suporta ainda pesado encargo com a manutenção dos serviços. Não é possível conceber estatuto ou condição de colónia quando é semelhante o nível de vida, idêntica a cultura, indiferenciado o direito publico, igual a posição dos individuos perante as instituições e as leis. Não pode haver colonialismo onde o povo faz parte integrante da Nação, onde os cidadãos colaboram activamente na formação do Estado, em termos de igualdade com todos os mais, onde os individuos exercem funções publicas e se movem e trabalham no conjunto dos territórios.

E tudo isto não de agora, estabelecido ou legislado á pressa, mas cimentado pelos séculos, quase podemos dizer desde sempre. O caso é talvez extraordinário e surpreende pela sua peculiaridade; mas se o Mundo está sendo perturbado na justa visão das coisas por afirmações superficiais e destituídas de exactidão, nós temos de continuar a insistir em que uma consideração mais objectiva e atenta seja dada, fora da poeira das discussões, ao caso da India Portuguesa.

Goa e o cristianismo na Ásia

O primeiro-ministro da União Indiana, num seu discurso de 26 de Agosto no Conselho de Estado, acusou o Governo português de tentar envolver a Igreja Católica no problema politico de Goa, e a mim pessoalmente de estar mal servindo o catolicismo na India, porquanto por aquele modo o associava ao colonialismo. O pandita Nehru não está bem informado dos factos e daí talvez a errada conclusão a que chegou.

Tenho escrupulosamente evitado em toda a minha vida publica misturar a religião com a politica ou, o que é o mesmo, fazer politica com a religião. Isso não me impede a convicção de que há efectivamente problemas de ordem religiosa na India; estes nascem, porém, dos factos e do condicionalismo em que se desenrolam na União Indiana, não das nossas atitudes. A acusação acima obriga-me por isso a algumas explicações.

É em face de um perigo não imaginário mas real e profundamente sentido que o Governo da União se tem visto obrigado, com escassos resultados aliás, a sossegar a consciência católica de Goa: ora lhe promete com solenidade as mesmas liberdades que estão consignadas

(Continua na página seguinte)

O discurso do presidente do Conselho

(Continuação da página anterior)

na Constituição; ora exalta as mais eminentes dignidades do clero católico por interpor no caso a sua confiante autoridade e declararem a sua satisfação com o regime que usufruem; ora acredita e ostenta em altas missões oficiais no estrangeiro personalidades categorizadas do clero e da Acção Católica indiana. Se uns e outros, como cidadãos, servem a União, fazem o que devem; se, como católicos, agem contra a presença de Portugal em Goa fazem o não lhes é lícito fazer e de que em boa consciência deviam abster-se. Exactamente porque Portugal não faz assentar na religião a legitimidade da sua posição política em Goa, apesar de certa bula papal que traz intrigado o Pandita Nehru, tem o direito de lamentar a atitude assumida contra os seus legítimos direitos, em restritos sectores católicos. E por isso os denuncia.

A generalidade dos depoimentos que me foi dado ler e em que o conflito com a União foi visto à luz de conveniências religiosas e contra Portugal, nascem, além do referido, de duas fontes: dos católicos progressistas e de certos meios da *Propaganda Fide*. Sabe-se o que são os primeiros: católicos que se deram à missão de baptizar o comunismo. Assim como Roma convertera os bárbaros e moldara espiritualmente as novas sociedades cristãs, também a Igreja deverá agora abrir os braços e conciliar-se com o comunismo, metendo-o no seu seio ou a si no seio dele, para criar a sociedade futura: a verdade política e social adviria do comunismo, a verdade religiosa definia-se a Igreja, dentro dos limites consentidos por aquele. Não discuto: anoto, para dizer que não estranho a atitude hostil para com Portugal. Já o caso da *Propaganda Fide* — e considero as pessoas que nela trabalham e nos seus colégios se formam e nos seus métodos se educam — merece mais largo comentário.

Trezentos anos de incidentes e irritantes discussões, leva a *Propaganda* a mostrar a sua má vontade a Portugal e ao Padroado Português do Oriente, privilégio outorgado pela mesma Igreja em cujo seio e para cujo desenvolvimento a *Propaganda* trabalha: mais realista que o Rei, mais papista que o Papa. A luta tem sido sobretudo desagradável, e devemos confessar que a evolução das circunstâncias até agora ajudou a dar às pretensões daquela quase completa satisfação: o Padroado é uma sombra do que fora e nos territórios onde existiu viceia sem a nossa concorrência a árvore da *Propaganda*.

Examinadas as coisas no fundo, bem no fundo delas próprias, vemos nesta luta tenaz, além daquela triste parte humana com que sempre tendemos a macular a obra divina, dois factores: insuficiente conhecimento da acção do Padroado Português e amissionar os povos, no que alguma culpa teremos, e uma diferença de critérios, aliás perfeitamente admissível, acerca da orientação da obra missionária no Mundo. Eu creio ter notado, quando da exposição missionária de Lisboa e no que acerca dela se escreveu em Roma, uma admiração sincera — embora um pouco tardia — por uma obra cuja pujança e brilho e pureza e desinteresse não escaparam a ninguém: por toda a parte aonde o português chegou, implantou a árvore da cruz e ela aí se radicou e cresceu, e mantem viva e na vida fiel a Roma. Que interesse tivemos? Que logramos com os dinheiros despendidos, os esforços empregados, as fomes, as misérias, os maus climas, as navegações ousadas, as lutas em terras longínquas, os martírios que sofremos — que lucrámos? Trabalhar na extensão do reino de Deus e com ele na elevação dos homens de todas as raças a maior espiritualidade de vida e fraternidade cristã.

Diferença de critérios

A *Propaganda* tem os seus métodos de acção, filhos de certa interpretação dos factos políticos, ou seja, de uma certa concepção política. E nós temos outra; mas a diferença de critérios não legitima uma hostilidade.

A *Propaganda* pode comparar-se a um grande exército, servido por um quartel-general, de comando concentrado e gozando na Igreja de inteira liberdade de acção. A independência em relação aos governos ou a outras autoridades religiosas parece-lhe essencial, em qualquer caso considera-a útil. Por nossa parte trabalhamos no Oriente — como trabalhamos em todas as outras Províncias do Ultramar — enquadradas as missões na divisão tradicional diocesana, o que está mais de acordo com este jeito do português de reproduzir nas terras

distantes as instituições, as artes, formas de vida e costumes que deixou na Mãe-Pátria. Que o nosso sistema não possa desenvolver-se e frutificar sem um mínimo de relações e colaboração dos governos que exercem a soberania é evidente, ainda quando, como no regime português, o Estado não é confessional, não há união com a Igreja, mas apenas separação concordada.

Tocamos agora, senão o fundo, um dos aspectos mais sérios do problema.

Em face dos nacionalismos que irrompem frementes na Ásia e em África contra as soberanias e as posições que a Europa não cessa de abandonar, a *Propaganda* entende que deve tentar salvar a sua obra, dessolidarizando-se dos Estados, e por outro lado fazendo tanto quanto possível o recrutamento do clero entre os convertidos locais: independência política e clero indígena são os traços característicos das novas tendências, em reforço, quanto ao primeiro ponto, do que já vinha detrás.

Ora bem: este primeiro ponto pode ser uma necessidade de ocasião mas não é uma verdade absoluta, nem dentro dos princípios religiosos nem à face da sociologia e da experiência precisa de liberdade — está a passar-se irreflexivamente para esta outra proposição — a liberdade basta à Igreja — que é manifestamente falsa, sobretudo quando formações religiosas concorrentes entram de qualquer modo como elemento de coesão social dos povos considerados e sob esse aspecto recebem protecção especial, directa ou indirecta, do Estado. E este é que é o grande problema da Índia no aspecto religioso.

Quanto à formação de clero local, devemos nós arrogar-nos o direito de prioridade na matéria. No clero de Goa não chegam a uma dezena os sacerdotes do Continente e Ilhas e andam à roda de 700 os naturais do próprio Estado da Índia. Fora do território português, Goa traz em serviço das missões da *Propaganda* uns 200 sacerdotes. Que ironia dos factos e que lição! Nós ensaiámos há séculos a novidade — em 1530 já havia sacerdotes indianos — e em Goa pode dizer-se que desde há dois séculos o clero é na sua totalidade goês. E não só para Portugal: generosamente se dispersava e trabalhava também fora do Estado da Índia e fora do Padroado, no exercício de uma missão religiosa, que ainda não pôde ser acusada de verdade de apresentar traço de influência política. Por alguma razão a Goa se tem chamado a Roma do Oriente. É-o de facto pelo esplendor da fé católica, pela abundância das vocações, pelo espírito de proselitismo que anima a Igreja naquelas benditas terras. Por serem da Índia? Meu Deus! não; por serem portuguesas.

Humanamente e nos tempos próximos não me parece que se possa confiar muito na expansão do cristianismo no Oriente. Mesmo sem ter em linha de conta que a retirada europeia pode precipitar o continente asiático por completo no comunismo — hipótese em que é escusado buscar soluções para uma questão que deixa simplesmente de existir — um progresso razoável do cristianismo naquelas paragens não se afigura possível sem a acção missionária estrangeira que na Índia começa a ser dificultada pela distinção entre liberdade religiosa e liberdade missionária. Fermentarão então ideias de Igreja nacional, condenada, na falta de outros apoios, à desagregação última das cristandades e sua submersão no caos religioso local. E Goa não pode ser invocada como exemplo em contrário, senão quando se compreenda que a Igreja é ali não a única mas uma das várias instituições que formam a cultura e o espírito ocidental do Goês.

Concluo estarmos dentro da melhor doutrina e dos interesses da Igreja; concluo que a manutenção da Goa portuguesa é ponto de apoio indispensável à conservação e difusão do cristianismo na Índia. Mas nós não invocamos uma razão religiosa para nela assentar os direitos políticos de Portugal: deixamos essa posição aos que nos hostilizam.

Assim, os católicos partidários da União Indiana entendem que, se de Goa desaparecer a soberania portuguesa, com ela desaparecerá a desconfiança em relação aos sacerdotes e missionários estrangeiros, que o não seriam já, sendo goeses. E deste modo, sem a última ligação com um Estado europeu, não só o Cristianismo em toda a Índia daria grande surto como a mesma Goa consolidaria para sempre a posição da Igreja-mãe das cristandades orientais, crescendo em influência e prestígio.

Não fugi a dar todo o realce ao ar-

gumento, porque é visível a todos que ele se move fora das realidades conhecidas, pretende que os nossos direitos sejam sacrificados à falta de condições de liberdade na União Indiana, e é por isso só a demonstração clara de como do outro lado se procura, contra nós, fazer política com a religião.

Goa e nós próprios

A política da União Indiana para com o Estado português da Índia criou-nos, além dos de defesa, certo número de problemas, especialmente de abastecimento e de comunicações, a que procuramos dar remédio tão completo quanto possível. Estou convencido de que as dificuldades presentes podem mesmo ser estímulo para o revigoramento da economia goesa e para o estreitamento das relações comerciais e marítimas com a Metrópole, as províncias ultramarinas e ainda outros países que se substituíram gradualmente à União Indiana. Tanto a agricultura como a mineração e a pequena indústria, desenvolvidas e consolidadas, e com suas repercussões na maior intensidade dos transportes e no comércio, deverão absorver nos territórios do pequeno Estado maior número de goeses, em nível de vida satisfatório.

O Plano de Fomento que não fora elaborado para as circunstâncias actuais mas se casa admiravelmente com as necessidades futuras daquelas populações encontra-se em plena execução. Das obras hidráulicas para rega, do abastecimento de águas, dos estudos geológicos, das estradas e pontes previstas, dos melhoramentos a introduzir no porto e no caminho de ferro de Mormugão não só não de resultam maiores produções e facilidades de vida como decidido incremento de outras fontes de riqueza local. Será pena que a União Indiana pretenda comportar-se como se ignorasse os meios de comunicação que temos ao seu dispor, mas, mesmo sem o tráfego da União, se o mercado internacional continuar a absorver os minérios goeses, especialmente os de ferro, cremos que haverá movimento suficiente para a sua manutenção.

Tudo isto exigiu e continua a exigir atenções e esforços no sentido de alterar os rumos do comércio, substituir as clientelas, modificar as rotas da navegação, resolver problemas de armazenamento e conservação de produtos alimentares. E quando concluímos a construção do aeródromo de Goa — o tal que se destina, no pensar da imaginativa *Imprensa* da União, a base americana de guerra — e conseguirmos pequenas pistas em Damão e Diu, teremos a possibilidade de ligar satisfatoriamente o Estado da Índia com o Mundo, cessando parte do seu forçado isolamento, que no actual momento só poderemos quebrar e estamos quebrando por meio das nossas carreiras marítimas ou de barcos estrangeiros em demanda de Mormugão. Os problemas que defrontamos são semelhantes aos que suscitaria um horrível cataclismo que tivesse subvertido a União Indiana. Naquelles vastos mares, Goa, Damão e Diu permanecem com três pequenas ilhas que é preciso servir e fazer viver.

Das dificuldades levantadas só duas estão fora do nosso poder porque inteiramente dominadas pela União — o transito dos estrangeiros e dos goeses entre os territórios portugueses e os da União e as remessas dos emigrantes — fruto do seu trabalho, gotas da sua economia — para as famílias que vivem em Goa. Isto pode andar à volta de umas escassas dezenas de milhares de contos por ano, que nas contas internacionais da União não representam nada, e não é mesmo difícil compensar na balança do Estado da Índia, mas que na pequena Goa representam a mediania de numerosas famílias. Situação bem diversa usufruem os subditos da União que vivem nos territórios portugueses, designadamente na África Oriental, onde têm conseguido avultados lucros e disposto da liberdade de transferências e cambios estáveis, em benefício da balança de pagamentos indiana.

Problemas de ordem política

Todos estes problemas, ainda que difíceis e altamente onerosos vão tendo solução dentro, pode dizer-se, do quadro da administração corrente, fortemente apoiada da Metrópole. Mas

não haverá entre nós e Goa problemas de ordem política que estejam na base da crise entre Portugal e a União Indiana? Quando intitulei o presente capítulo Goa e nós próprios, o que tinha em mente era sobretudo esses problemas político e entre eles o que em Portugal se pensa do conflito com a União Indiana. Referir-me-ei em separado a um e aos outros.

As afrontas da União Indiana à soberania e integridade dos territórios que constituem o Estado Português da Índia foram sentidas por Portugal inteiro como fundos golpes na própria carne da Nação. E sob este aspecto não se notaram gradações de sentimentos ou diferenças de reacção, aqui, no Ultramar, nos grupos de portugueses em país estrangeiro, na própria Goa. Sobre a forma porém de conduzir a questão e de enfrentar os acontecimentos manifestaram-se algumas opiniões divergentes das do Governo, opiniões que convirá registar.

As soluções preconizadas para o caso de Goa, se me é permitido reduzir a tipos a variedade das sugestões, foram:

- negociações com a União Indiana;
- resistência militar com empenhamento de todas as nossas possibilidades e as de aliados que conseguíssemos;
- total independência de Goa dentro de uma federação ou confederação portuguesa.

O primeiro caminho, sem ressalva da soberania portuguesa, apareceu definido apenas pelos que a si próprios se intitulam «partido comunista português» e por alguns democratas que os seguem e apoiam. Ninguém mais do que eu está convencido da possibilidade e até das facilidades que se encontrariam nas negociações com a União. Simplesmente o objecto da negociação é, nos termos da Nota de Nova Delhi de 27 de Fevereiro de 1950, e como se deduz dos textos indianos posteriores, o estudo das condições de integração dos territórios portugueses na União Indiana. Podem discutir-se minúcias de tempo, formalidades de transmissão de poderes, eventuais indemnizações, garantias para os negócios, condições do culto católico, custeio por Portugal do ensino da sua língua, cuidados com a cultura portuguesa, se é que dali se não pretende varrer a sua memória inteiramente — tudo isto se pode discutir. Mas, quando se aceita a negociação, tal como a União Indiana a encara, há uma coisa que está já aceite e assente e essa é a transmissão da soberania e a entrega das populações é generosidade da União. Damos ou vendemos — pouco importa isso a gravidade do caso — os portugueses da Índia, as terras de Afonso de Albuquerque e da epopeia do Oriente, os santos da Igreja, os mártires da Pátria. Por quanto? Por quanto?

Em extremo oposto se colocaram outros que, julgando não serem suficientes as garantias e apoios de que a Nação Portuguesa pode actualmente dispor, entendem se deviam procurar alianças especiais que permitissem organizar uma resistência eficaz aos ataques militares da União. A ideia tem tanto de ousada como de generosa: o pior é que o conflito não pode ser militarmente resolvido. A pequenez dos territórios e a fraqueza dos recursos locais, a desproporção das forças, a extensão das linhas de comunicação, a distância das bases ou pontos de apoio, tornariam uma guerra na Índia, para nós sem finalidade útil, para a União sem glória, e o que é pior sem termo, quero dizer, sem paz, por não ser concebível governo português que pudesse algum dia reconhecer a exploração.

A terceira atitude pode apresentar-se como segue: se dermos plena independência à Índia dentro de um Estado federativo português, a União Indiana encontrar-se-á em face de um Estado soberano, contra o qual não pode ter objecções e que seguramente respeitará. Esse Estado gozaria das garantias internacionais de qualquer outro Estado e, para a segurança da sua independência, se podiam conseguir outros apoios ou garantias particulares, incluindo o da própria União. O dissídio entre Portugal e a União Indiana resolver-se-ia assim através de um Estado que, embora dentro da federação ou confederação portuguesa, já não era Portugal. Ao mesmo tempo se satisfariam os goeses, cujo descontentamento pela doutrina do Acto Colonial de 30 se deve considerar como geratriz inicial da crise.

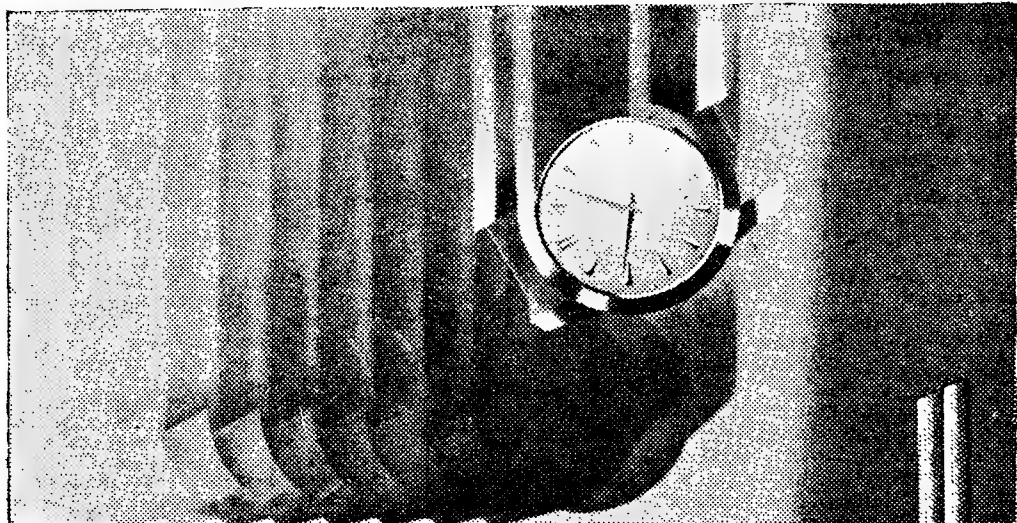
Há nesta maneira de encarar a questão, se eu pude ser fiel ao traduzir o pensamento alheio, simultaneamente uma certa dose de ingenuidade e alguns erros de facto. A construção política é inspirada nos moldes dos domínios britânicos (do tempo em que estes não se consideravam nações independentes), e em qualquer caso contraria ao pensamento da nossa Constituição no que respeita à estrutura da Nação e do Estado português: por isso mesmo se previa a sua alteração.

As determinantes do Acto Colonial

O Acto Colonial foi no domínio ultramarino a reacção do actual regime contra uma situação administrativa e uma orientação política que não poderiam perdurar sem graves riscos para o interesse nacional. A sua integração na Constituição Política está hoje feita com as alterações, em pontos secundários, que a experiência e as circunstâncias aconselharam. Mas, se possível, ainda com maior rigor e precisão do pensamento fundamental que o inspirava.

(Continua na 15.ª página)

100 choques por dia... durante 50 anos!



Que proteção extraordinária a do amortecedor de choques Cymaflex! Proteção que acaba de ser nova e cientificamente controlada: a nossa usina de Le Locle construiu recentemente um aparelho especial que imprime golpes equivalentes aos que receberia um relógio caindo ao solo da altura de uma mesa.

Os técnicos de Cyma experimentaram uma série de vários milhares desses golpes num dos seus relógios e tudo ficou perfeitamente

em ordem! As experiências continuaram até que o aparelho indicasse 2 000 000 de pancadas e sempre sem constatar-se nenhum dano. Esta prova representa 100 choques por dia... durante mais de 50 anos!

É assim que o amortecedor Cymaflex protege eficazmente cada relógio Cyma contra os choques. É uma das razões da extraordinária segurança dos relógios Cyma.

O seu próximo relógio será, pois, também um Cyma.

SOMENTE os relógios Cyma são providos do dispositivo anti-choques Cymaflex... e cada relógio **CYMA** o possui



Cyma Watch Co. S. A., em La Chaux-de-Fonds, Tavares, Le Locle, com o seu Serviço Mundial de vendas e manutenção, é uma das maiores organizações relojoeiras.



À COLÓNIA ALEMÃ

A DEUTSCHE GRAMMOPHON ACABA DE GRAVAR
EM DISCOS DE 33 R. P. M. (LONG-PLAYING)

FAUSTO de GOETHE

PELOS ARTISTAS

- * PAUL HARTMAN
- * GUSTAF GRUNDGENS
- * KÄTHE GOLD
- * ELISABETH FLICKENSCHILDT

DÃO-SE FOLHETOS DESCRITIVOS

ACEITAMOS ENCOMENDAS

VALENTIM DE CARVALHO, LDA.
95 — RUA NOVA DO ALMADA — 97
LISBOA



Serviço de Autocarros

No dia 1 de Dezembro próximo é inaugurada a carreira n.º 30, PRAÇA DO COMÉRCIO-RESTAURADORES, destinada a servir as Estações Fluviais de Sul e Sueste e Parceria dos Vapores Lisboenses, percorrendo os seguintes trajectos:

ASCENDENTES:—Av. Infante D. Henrique, Praça do Comércio (lado oriental), Rua da Prata, Praça da Figueira, Rua do Amparo, Rossio, Rua Eugénio dos Santos, Rua dos Condes e Praça dos Restauradores.

DESCENDENTES:—Largo D. João da Câmara, Rossio, Rua do Ouro, Praça do Comércio (lado ocidental), e Estação do Sul e Sueste.

TARIFA UNICA: \$50

HORARIO

P. do Comércio-Restauradores
Das 7.15 às 9.35—20 minutos
Das 9.35 às 21.30—30 minutos

Restauradores-P. do Comércio
Das 7.25 às 9.45—20 minutos
Das 9.45 às 21.10—30 minutos



MINISTERIO DE TRANSPORTES DE LA NACION—FLOTA ARGENTINA DE NAVEGACION DE ULTRAMAR—COMPANIA ARGENTINA DE NAVEGACION DODERO

DESTINO	PAQUETES	PARTIDAS
HAVRE E LONDRES	"17 de Octubre" "Eva Peron" "Presidente Peron"	11 de Dezembro 31 de Dezembro 22 de Janeiro
RIO DE JANEIRO MONTEVIDEO E BUENOS AIRES	"Presidente Peron" "17 de Octubre" "Eva Peron"	7 de Dezembro 17 de Dezembro 18 de Janeiro

Para passageiros e carga, tratar com os Agentes Gerais
SOCIEDADE COMERCIAL OREY, ANTUNES & CIA., LTD.
PRAÇA DUQUE DA TERCEIRA, 4

Telegr. «Antunita» LISBOA Telef. 2 2271-3

SUB-AGENTES NO PORTO.

Sociedade Comercial Orey & Barros Leite, Lda.
Rua Sá da Bandeira, 610

Vejam o "SEMPRE FIXE"

CONDE DE MURÇA

MISSA DO 7.º DIA

Sua família manda celebrar missa por sua alma e eterno descanso na próxima quinta-feira, dia 2, às 12 horas, na Igreja dos Mártires, e no dia seguinte, sexta-feira, às 10 horas, na Igreja da Freguesia do Estoril.

Artur Ramires Ferreira Nobre FALECEU

Sua esposa, filho e mais família participam o falecimento e que o seu funeral se realiza amanhã, dia 1, pelas 15 horas saindo da casa mortuária da Associação dos Empregados Comércio de Lisboa (a S. Cristóvão) para o cemitério do Alto de S. João.

AGENCIA MEGA

VINHOS DE MESA

REAL COMPANHIA VELHA

FUNDADA EM 1756

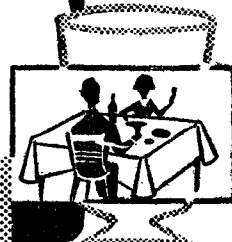
EXIJA

AS MARCAS

Porca de Murça

— E —

Granton, B.º e T.º
garrafeira



AMORIM, COELHO & FEIO, LDA.

Transporte de trabalhadores

A C. P. tem a disposição dos grupos de trabalhadores rurais, de pescadores, e de operários, com o mínimo de 10 pessoas, uma tarifa especial para bilhetes de 3.ª classe, a preços reduzidos.

DR. MIGUEL DE MAGALHAES

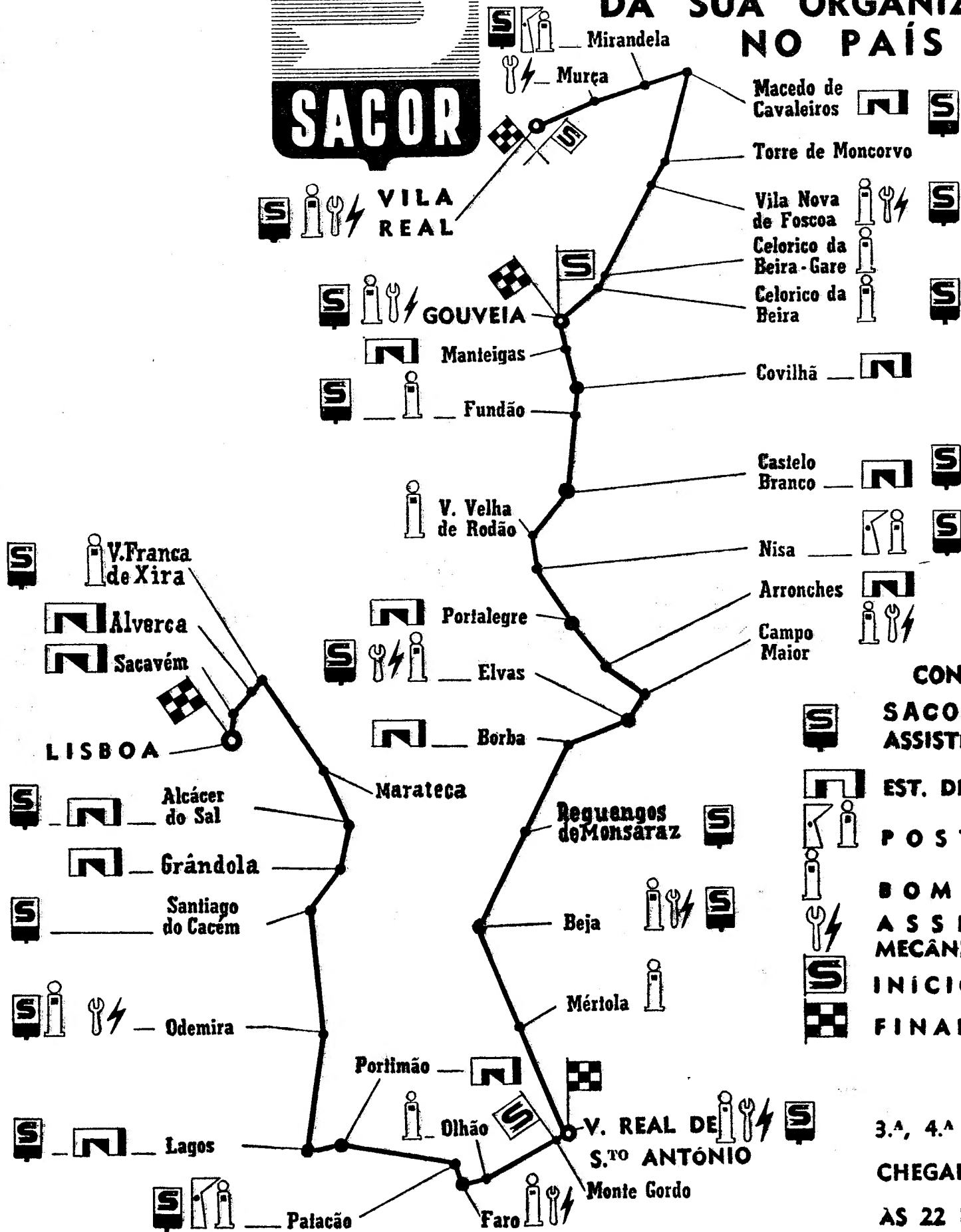
Monitor da clínica d. Necker—Paris
RINS, vias urinárias—Venero—Sífilis
Travessa Nova de S. Domingos, 9,
1.ª, às 15 horas. Telefone 29062

NA **VII** GRANDE VOLTA A PORTUGAL EM AUTOMÓVEL

A



OFERECE A TODOS
OS CONCORRENTES
O PODEROSO APOIO
DA SUA ORGANIZAÇÃO
NO PAÍS



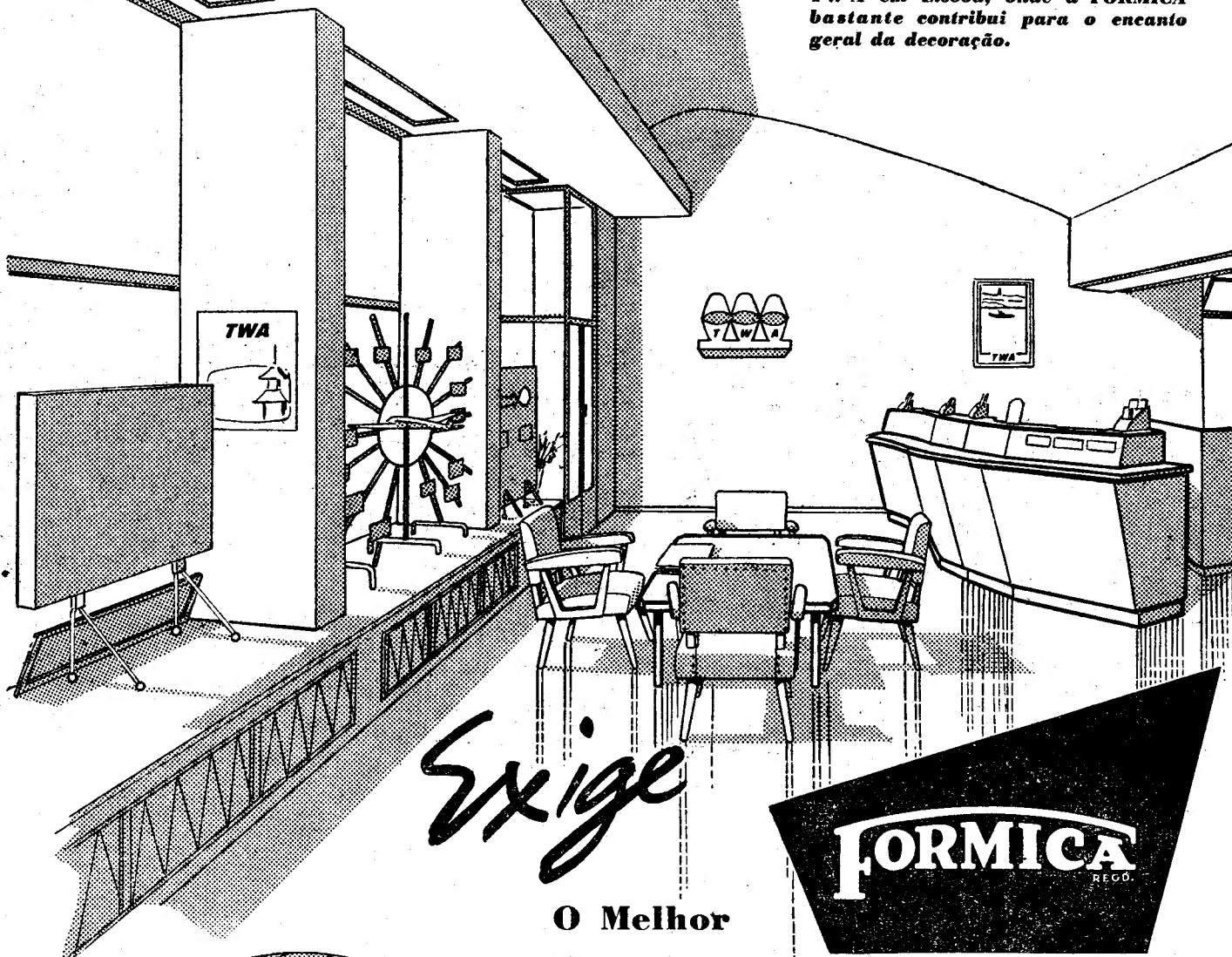
COMBUSTIVEIS

SACOR

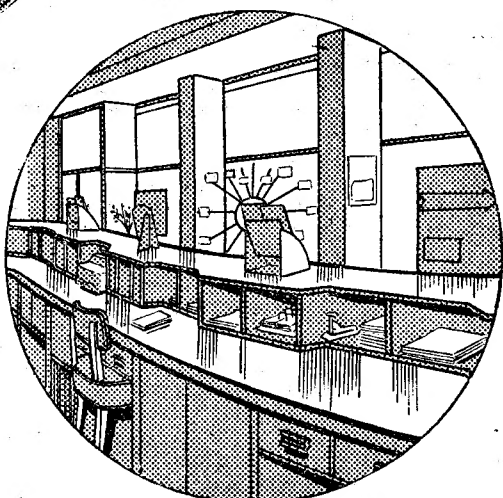
LUBRIFICANTES

A AVIAÇÃO CIVIL

A Bilheteira nas novas instalações da TWA em Lisboa, onde a FORMICA bastante contribui para o encanto geral da decoração.



O Melhor



Um balcão na bilheteira duma companhia de aviação, em Lisboa, acabado com FORMICA.

As companhias de Aviação Internacional têm de se manter na vanguarda do progresso.

Só a FORMICA as satisfaz como revestimento único em todo o Mundo. Os seus aviões, os seus escritórios, os seus centros de recepção, revestidos com FORMICA impressionam os passageiros criando neles a confiança de que foi empregue... o melhor.

A FORMICA aplicada é um símbolo de garantia.

Consulte o seu Arquitecto, Engenheiro e Decorador sobre a FORMICA.

Um produto de De La Rue & Co., Ltd., LONDON.



REPRESENTANTES EXCLUSIVOS EM PORTUGAL E PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS
CENTRO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA · S.A.R.L.
 R. DOM JOÃO V, 2 · LISBOA TELEF. 660807-671106
 Serviços Técnicos — Rua Alexandre Herculano, 11-A · Lisboa · Telef. 57566
 Distribuidores no Porto: — SOMANOR — Praça Carlos Alberto, 128-A · PORTO · Telef. 20293

RICO E LUXUOSO

LEILÃO

R. JOAQUIM ANTONIO DE AGUIAR, 35, 2.º
 (Frente à Praça Marquês de Pombal)

HOJE, às 21 horas

DE
 Ricas mobílias modernas, adornos, móveis lacados, rico par de cómodas Império, relógio inglês de caixa alta, anferas e jarras em alabastro antigo, bonitos jogos de maples em seda, lustres de cristal, carpettes, bronzes artísticos, cristais, louças Mandarin e Japão, bibelots, Máquina de costura «Singer», secretária, roupas de linho e algodão, etc., etc.

VALIOSAS PRATAS CINZELADAS, FAQUEIRO, SERPENTINAS, SALVAS, JARRAS, ETC.

TUDO O RESTANTE RECHEIO DE FINO GOSTO E ENCONTRA-SE EM ESTADO IMPECÁVEL

Para ser vendido pelas maiores ofertas
 A VALIOSA ALMOEDA É FEITA PELA ANTIGA AGENCIA
SOCIEDADE DE LEILÕES, L.ª

Telefones 45347-775722-843522
 Direcção de: JAYME SILVA Pregoeiro: ANTÓNIO JOSÉ

Excursões

CIRCUITO TURISTICO DA REGIÃO DOS 3 CASTELOS

Todos os Domingos e 4.ª-feiras

VISITANDO: CABO ESPICHEL, SESIMBRA, SERRA E PORTINHO DA ARRABIDA, SETUBAL, PALMELA E AZEITÃO

Ao preço de 60\$00 cada viagem

CONCESSIONARIO EXCLUSIVO

A **TRANSPORTADORA SETUBALENSE**

DE

João Cândido Belo & C.ª, L.ª

Marcações em: CACILHAS: Posto da Empresa-Telefone 188-(Almada)
 LISBOA—Agência de Turismo «Santa Maria Ld.ª» R. Ouro, 292, 1.ª-D.
 LISBOA—Turismo de Moçambique—Rua do Ouro, 87-2.ª Esq.

ANGLIA

Série 18, em perfeitas condições, vende-se motivo retirada. Ver e tratar Lis Hotel, hoje, das 19 às 20 ou amanhã, das 12 às 13. Quarto 46.

DINHEIRO

Empréstimos s/ Automóveis. Máximo, sigilo e rapidez.

Empresa Predial NORTENHA

PRACA DA ALEGRIA, 58-5.ª - TEL. 35313
 COLHAM REFERENCIAS

Cooperativa «O Problema da Habitação»

Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada

Assembleia Geral Ordinária CONVOCAÇÃO

De harmonia com o n.º 2.º do art. 55.º e § 1.º do art. 56.º dos Estatutos, aprovados em Assembleia Geral de 16 de Agosto de 1940, é convocada a Assembleia Geral Ordinária desta Cooperativa, a reunir na sua sede social, sita na Praça da Republica, 210, desta cidade, pelas 21 horas e 30 minutos do dia 15 de Dezembro p. f., com a seguinte

ORDEM DA NOITE

- Discussão e votação do Orçamento para a Gerência de 1955;
- Eleição dos Corpos Sociais para o biênio de 1955/1956.

No caso de não reunir numero de sócios para que legalmente a Assembleia possa funcionar, fica desde já designado o dia 30 do mesmo mês, por igual hora, no mesmo local e com igual ORDEM DA NOITE, para segunda convocação, funcionando, então, com qualquer numero de sócios presentes.

Porto, 30 de Novembro de 1954.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

António Emilio de Magalhães



CONTRA TRÊS ESCUDOS EM SELOS, RIFE - AZINHAGA DAS SALGADAS, 107 - LISBOA ENVIARÁ UMA AMOSTRA.

PIANOS

Verticais e de Cauda
 ALUGAM-SE

Esl. VALENTIM DE CARVALHO, L.ª

95, Rua Nova do Almada, 99
 LISBOA

DINHEIRO

COLOCA S/ AUTOMÓVEIS E PRÉDIOS 1.ª HIPOTECAS A FINANCIADORA
 TELEF. 24446 - LISBOA

Caminhos de Ferro

Para a carruagem directa a Hendaija que circula às 3.ª e 5.ª feiras e sábados no rápido do Porto (3 h. 30 de Lisboa-Rossio) a venda de bilhetes para Espanha ou além principia no 30.º dia anterior ao do início da viagem.

NOVOLAR

TEM TUDO O

que de melhor e mais moderno se fabrica para embelezar a sua Casa

R. Ferreira Borges—R. Correia Teles

O discurso do presidente do Conselho

(Continuação da 11.ª página)

O estado em que se encontrava o Ultramar português à data da Revolução de 1926, sem menosprezo dos esforços ali desenvolvidos e do valor pessoal daqueles a cujo patriotismo esteve confiado, era o reflexo dos mesmos males que sofriamos aqui: — lá, porém, com possíveis consequências de muito maior gravidade. Os remédios haviam de inspirar-se nos mesmos princípios, possivelmente mesmo em métodos idênticos aos daqui. E assim é que daquele diploma se deduzem três grandes linhas de orientação: maior concentração de poderes, quer dos governos em relação aos organismos locais, quer do governo central em relação aos mesmos governos ultramarinos; forte reivindicação de ordem nacional em relação a interesses que no Ultramar se incrustaram com laivos de dependências políticas inconvenientes; um pensamento de coordenação e de integração das partes em todo mais coeso, que desse a representação exacta da que se queria fosse na sua unidade pluriforme a Nação portuguesa. E tudo evidentemente assente sobre aquela ordem financeira e regularidade administrativa sem a qual as queixas teriam sempre razão e os males não teriam nunca remédio. A própria ideia do Império que escandalizou alguns e mais tarde se sacrificou, trouxe aos espíritos uma noção de unidade e um sentimento optimista de grandeza, indispensáveis para estimular energias e arredar-nos da mornidão e ticanhez que ameaçavam continuar a estoriar pensamentos, planos e esforços.

Não se pode negar que a obra ultramarina dos últimos vinte e cinco anos decorre limpa e forte desses princípios e representa a todos os olhos um êxito como recuperação nacional, progresso económico, força e engrandecimento do todo português. Que na formulação ou na aplicação prática das regras que derivam daquelas grandes linhas de orientação se vão administrar e política adaptando às novas circunstâncias, necessidades, possibilidades de pessoas e meios materiais, não há que discutir, e tudo o que é razoável se pode fazer sem atingir a essência do que se pretende alcançar quanto à progressiva integração das províncias ultramarinas no todo nacional.

Aconteceu, porém, que algumas expressões mais vivas do Acto Colonial impressionaram aquele escol político da Índia, receoso de retrocesso em tudo quanto através dos tempos tinha sido reconhecido — mais que concedido — a sua cultura e capacidade para intervir na administração pública e na direcção dos negócios do Estado. Mas as queixas que nos chegaram — aliás viris e desassombradas — não permitem equívocos ou incompreensões: «está aí um problema» — cito as próprias palavras — que só a nós e a Portugal diz respeito. Era a posição exacta que advinha de um portuguêsismo incondicional.

Os reflexos da independência da União

Quando surgiu a crise derivada da independência da União Indiana — primeiro da sua constituição em domínio e, depois, do estabelecimento da República — nem todos os mal-entendidos tinham desaparecido e certas consciências mantinham-se entre reticências, receosas e magoadas. Não se pode negar que aquele facto enorme da retirada dos Ingleses e da entrega dos destinos da Índia aos respectivos povos trouxe, mesmo à pequena Goa, uma ameaça de crise moral. As inteligências dispersaram-se então à busca de fórmulas para a própria administração e governo do Estado português da Índia, fórmulas que oscilavam entre a linha tradicional, actualizada e fortalecida, e uma organização de domínio à moda britânica. O bom senso da generalidade viu, porém, que esta última solução estava fora não só das nossas melhores tradições mas das possibilidades materiais, dadas a pequenez, fraqueza e dispersão dos territórios. Não há dúvida, porém, de que um ou outro que mais tarde viria a revelar-se contra Goa e contra Portugal viu aí a via de uma integração a distância, fácil

e fatal, na União, apenas realizada em três tempos e sem dor, como algumas operações cirúrgicas.

Volto à frase que citei como expressiva do mais estremo pensamento goês: «está aí um problema que só a nós e a Portugal diz respeito», e não pode servir de base de solução ao conflito com terceiros. Que o novo Estatuto que neste momento se apronta permita em breve intensificar e desenvolver a colaboração de todos os valores da Goa, não é outro o desejo de todos os Portugueses; mas a questão não terá dado um passo no que respeita à União Indiana, porque no fundo da sua hostilidade não estão os nossos problemas: estão exclusivamente os dela, do seu amor próprio e das suas ambições.

Goa e o futuro

Queria terminar com uma palavra sobre a evolução provável deste infeliz caso de Goa. A reflexão mais concentrada, a meditação mais profunda sobre os dados do problema não me permitiram, porém, chegar a uma conclusão, mesmo medianamente segura. E no entanto tínhamos elementos para concluir: se as coisas devessem passar-se como o direito impõe, a razão aconselha e as normas de convivência internacional exigem. Pois de que se trata afinal? Da pretensão de um país a apoderar-se de territórios pertencentes a outro. Podia esse país ter a convicção de que as respectivas populações estavam ansiosas por ser «libertadas» de um jugo estranho, e, cansadas de ser colónia portuguesa, desejavam integrar-se na União. Está visto que nem Goa é uma colónia, nem as populações querem ser «libertadas», nem lucraria alguma coisa, económica, política, social ou moralmente, em passar a fazer parte da União Indiana. Por outro lado a União não tiraria vantagens da anexação — nem aumentaria sensivelmente territórios ou riquezas, nem arrecadaria perigos que de facto não existem, nem adquiria seguranças que por outra forma não pudesse mais concreta e utilmente conseguir. Trata-se portanto de um equívoco: não duma aspiração razoável ou necessidade imperiosa da União, mas de ambições pessoais ou caprichos partidários, em que o Primeiro-Ministro se deixou envolver.

A União foi levada a atitudes e a prática de actos que não podem ser coonestados pelos fins a atingir. Praticou agressões, abusou da força, desconheceu o direito. O caso é especialmente grave para uma independência nascente a quem todos os apoios e auxílios da sociedade internacional são não só preciosos mas indispensáveis. A União não pode continuar a desafiar indefinidamente a consciência do Mundo, mesmo que as vítimas dos seus actos de agressão sejam, na aparência, ou realmente, pequenas potências que a sua grandeza esmague.

Nestas condições o que está naturalmente indicado é rever a posição, corrigir a política, desistir do intento. Nós temos o direito de fazer passar para os enclaves forças que ali restabelecem a ordem e autoridade legítima; temos direito ao respeito da soberania portuguesa; e temos direito à coexistência pacífica que não pode ser só entre a Índia e a China, mas também entre a Índia e os territórios portugueses do Hindustão, como norma universal que é ou pretende ser. Muitos problemas há que precisam de ser estudados e resolvidos no interesse comum das duas Nações. Pois a conclusão razoável a que chega toda a inteligência esclarecida e toda a consciência recta é, depois de desistir, negociar acerca desses problemas.

A dura alternativa da guerra

Não sendo este o caminho, que outros se oferecem à União Indiana? O Primeiro Ministro, no seu discurso de 26 de Agosto, teve a consciência de estarem a cerrar-se-lhe os horizontes, pois só via a alternativa de negociar ou fazer a guerra. E como essa sua negociação é o acordo sobre a transferência da soberania, inaceitável para nós, não lhe ficaria efectivamente aberto senão o caminho da guerra. A guerra: eis o termo duro, terrível, mas profundamente exacto, já disse o que pensava acerca dessa saída, e não o repito nem desejo esclarecê-lo agora mais. No entanto, a União receia-a: ela compromete em cheio a sua doutrina

política e sai fora dos quadros morais da consciência mundial.

Não querendo desistir e não lhe convindo fazer uma guerra declarada, conduzida pelo exército, pode a União perseverar na presente atitude? Pode. As mil tricas administrativas, as notas impertinentes, as reclamações infundadas, as campanhas de imprensa e da rádio oficial sobre factos inexistentes ou deturpados, a especiosa interpretação dos tratados e das leis podem continuar a patentear-se, mas nada disso tem dignidade ou grandeza, a altura de um Estado como a União Indiana. É uma hipótese possível mas não creio provável, uma vez verificado o fracasso do bloqueio, a eternização da guerra fria que actualmente se nos faz.

Por nosso lado, conscientes do direito e indissolavelmente ligados àquela pequena comunidade por 450 anos de história, pelos laços do sangue e pela cultura que ali levámos, somos livres e estamos prontos a negociar, mas não podemos ceder sobre a soberania portuguesa; e entretanto em duas coisas essencialmente nos temos de apoiar e delas não podemos desprender-nos — força e paciência: força suficiente para que uma pseudo-acção policial não possa ser-nos imposta; paciência que não se altere com a impaciência inimiga e dure tanto pelo menos como a sua pertinácia. Para tanto, precisamos de não nos exceder no nosso próprio esforço, cuidando antes de o manter sempre proporcionado à capacidade normal da Nação.

E se apesar de tudo a União Indiana levar a guerra ao pequeno território, o que podem fazer as forças que ali se encontram ou vierem a ser concentradas? Bater-se, lutar, não no limite das possibilidades, mas para além do impossível. Devemos isso a nós próprios, a Goa, à civilização do Ocidente, ao Mundo, ainda que este se sorria compadecidamente de nós. Depois de afagar as pedras das fortalezas de Diu ou de Damão, orar na Igreja do Bom Jesus, abraçar os pés do Apóstolo das Índias, todo o Português pode combater até ao último extremo, contra dez ou contra mil, com a consciência de cumprir apenas um dever. Nem o caso seria novo nos anais da Índia.

Interrompido frequentes vezes por vibrantes aplausos, o chefe do Governo foi calorosa e demoradamente aplaudido no final do seu discurso.

A sessão da Assembleia

A sessão de hoje da Assembleia Nacional revestiu-se de grande importância, em virtude do sr. presidente do Conselho ter pronunciado ali um discurso de alto significado sobre a questão da Índia.

Na sessão inaugural da Assembleia, realizada há dias, o deputado sr. capitão Teófilo Duarte anunciou que desejava «tratar em aviso prévio dos problemas relacionados com a nossa soberania no Estado da Índia e da orientação política seguida pelo Governo português na defesa dessa mesma soberania».

Reconhecendo que a matéria do aviso prévio era «sem dúvida da maior importância e da maior actualidade», e reconhecendo a urgência pedida para a efectivação do mesmo aviso prévio, marcou-o para a «Ordem do dia» de hoje, simultaneamente com a apreciação do texto do Tratado de Amizade Luso-Brasileiro, já aprovado pelas duas camaras do Brasil.

Antes de abrir a sessão, já se viam entre a assistência muitos procuradores à Camara Corporativa, outras personalidades em destaque na actual situação política, muitas senhoras, etc.

Aberta a sessão, com o sr. dr. Albino dos Reis na presidência, ladeado pelos srs. drs. Gastão Figueira e José Paulo Rodrigues, procedeu-se à chamada.

Homenagem a Churchill

Ao abrir a sessão, o «leader», prof. Mário de Figueiredo, disse:

— Faz hoje oitenta anos um dos maiores parlamentares de todos os tempos, Sir Winston Churchill. O Mundo presta homenagem a esse preclaro condutor da humanidade.

Acrescentando que o Reino Unido, sem distinção de correntes políticas, em voz unânime, demonstra a sua devoção e afecto por ele, disse que, como pioneiros do pensamento universalista e os mais velhos aliados da In-

glaterra, não se desculpava que falássemos ao coro de homenagens.

Terminou afirmando estar certo de interpretar os sentimentos da Assembleia, manifestando admiração e reconhecimento pelos seus assinalados méritos.

Seguidamente, o deputado pela cidade do Porto, dr. Urgel Horta falou acerca de D. António Barroso, que classificou como um dos maiores bispos portugueses, referindo-se às comemorações do centenário do nascimento do prelado na cidade de Barcelos e na aldeia de Remelhe, sua terra natal.

Terminou por dizer que, como intérprete do sentir do Congresso Missionário e em nome da lei ultrajada e da justiça ofendida, pediu que se entregasse à diocese do Porto o seu seminário, o seminário dos Carvalhos, acrescentando «que assim o espírito do grande bispo que deu à pátria honra e glória, continuará velando por nós, na alta missão de robustecimento da fé e engrandecimento do império».

Falou depois o sr. tenente-coronel Vaz Monteiro, que enalteceu a rapidez e o brio com que foi construído o importantíssimo caminho de ferro do Limpopo.

O presidente interrompeu então os trabalhos e voltou à sala, pelas 17 horas, a acompanhar o sr. dr. Oliveira Salazar, que foi saudado de pé, por todos os deputados e pelo publico que enchia as galerias.

Subindo à tribuna, o chefe do Governo pronunciou então o discurso que começamos a publicar na primeira página. Eram 17 horas e 8 minutos.

EM 3 LINHAS

Foi nomeado vogal do Conselho Superior de Obras Publicas o professor de Economia Agrícola do Instituto Superior de Agronomia sr. engenheiro Eugénio Queirós Castro Caldas.

Foi tornado extensivo às povoações de Rio de Mouro e Rincão o Regulamento do Serviço de Abastecimento de Agua à Vila de Sintra.

Estão abertos concursos de promoção à classe imediata de engenheiros mecânicos, de minas, industriais ou electrotécnicos de 2.ª e 3.ª classes da Direcção-Geral de Transportes Terrestres.

O professor do 5.º grupo do ensino técnico da Casa Pia de Lisboa, Joaquim Valente, foi autorizado a acumular o cargo de professor de Desenho do Museu-Escola de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.

A Semana Pedagógica do magistério primário

Integrada na «Semana Pedagógica», o sr. D. António J. Onieva, pedagogo espanhol, proferiu, esta tarde, na Escola do Magistério Primário de Lisboa, uma conferência, subordinada ao tema «Novos Rumos da Pedagogia Mundial».

A seguir à palestra, a que presidiu o director da escola, e que foi escutada com muito interesse, abriu ao publico a exposição escolar de trabalhos pedagógicos e bibliografia, ontem inaugurada oficialmente.

Amanhã, haverá visita de estudo a Sintra.

VIDA MUNDANA

ENG. TRIGO DE MORAIS

De regresso de Moçambique, chegou a Lisboa, no avião dos T. A. P., o sr. eng. Trigo de Moraes, inspector geral do Fomento que, durante alguns meses, dirigiu e superintendeu, no plano técnico e administrativo, as obras do Plano de Fomento dos vales do Limpopo, Cunene e Miopio. No aeroporto estiveram a cumprimentá-lo os srs. dr. Trigo de Negreiros, ministro do Interior, e capitão João Maria Bento, pelo sr. ministro do Ultramar.

ANIVERSARIO

Passa amanhã o seu aniversário natalício, a menina Maria Madalena Torão Cunha, filha do falecido negociante José B. Cunha.

Governador de Angola

Teve a amabilidade de vir à redacção do «Diário de Lisboa», para agradecer o desenvolvimento que demos às suas importantes declarações à imprensa, o sr. capitão Silva Carvalho, governador de Angola.

D. Elisa de Sousa Pedrosa

Realiza-se hoje à noite, no restaurante do castelo de S. Jorge, o jantar de homenagem a D. Elisa de Sousa Pedrosa, promovido por um grupo de jovens artistas portugueses.

O discurso de Foster Dulles

(Continuação da 1.ª página)

mente limitado pela nossa atitude relativamente aos povos oprimidos, porque a União Soviética sabe que nós não chegaremos a qualquer entendimento que confirmasse e perpetuasse o cativeiro de homens e de nações.

Enunciou depois outra restrição: «Não queremos conversar com os representantes soviéticos quando é seu único objectivo dividir as nações livres e impedi-las de tomar as medidas necessárias à sua própria segurança». Lembrou a propósito, que na Conferência de Berlim, de Janeiro e Fevereiro passados, o ministro dos Negócios Estrangeiros soviético tentou inutilizar os planos previstos para a segurança da Europa Ocidental.

«Precisamos de saber, disse então, se a União Soviética assinará o tratado de Estado austriaco e se, a seguir à ratificação dos acordos de Londres e de Paris, a União Soviética falará a sério da unificação da Alemanha. E' esta a finalidade de uma nota que entregamos hoje ao Governo soviético».

Mais adiante o secretário de Estado expôs a sua teoria dos acordos de Londres e de Paris: «Manifestamente, interessa-nos a fundo, a nós também, a limitação dos armamentos. Um dos principais objectivos dos acordos de Londres e de Paris não é simplesmente criar uma força defensiva na Europa Ocidental; é, também, limitar e fiscalizar essa força, de maneira a que em caso nenhum possa tornar-se agressiva».

O secretário de Estado diz esperar que a tese que acaba de expor figure no programa da «Conferência de Segurança» que ontem começou em Moscovo. Depois de afirmar que nesta conferência, «os dirigentes soviéticos falarão aos seus satélites e estes, por sua vez, responderão da maneira que lhe impuserem», Dulles prossegue: «Veremos se a União Soviética aproveitará este ensejo para agir de acordo com o Ocidente, impondo limites razoáveis às forças armadas da parte da Europa que domina».

O problema da coexistência

O secretário de Estado trata circunstanciadamente da «coexistência», que define nestes termos: «Para nós, significa a tolerância das divergências». E acrescentou: «Resta saber o que é que o termo significa para os comunistas internacionais. Verdade seja que o tom dos comunistas russos abrandou recentemente. Não é menos exacto que os comunistas chineses falaram e agiram com violência crescente. Violam os seus acordos de armistício e insultam as regras mais elementares da boa conduta internacional. Talvez o comunismo internacional procure uma nova maneira de dividir as nações livres. Tenta o apaziguamento da Europa, empenhando-se ao mesmo tempo na provocação da Ásia».

Em presença de semelhante atitude, prossegue o secretário de Estado, os Estados Unidos reagirão vigorosamente mas não se deixarão incitar a actos que «violassem as nossas obrigações internacionais e comprometessem a aliança das nações livres».

Lembra (sem indicar claramente o caso dos treze aviadores americanos, prisioneiros de guerra, que a China popular recentemente condenou) exemplos da atitude apontada.

Rejeita nestes termos o emprego da força: «No âmbito da Carta das Nações Unidas, assumimos a obrigação de nos esforçarmos por resolver as divergências internacionais por meios pacíficos e de modo a não comprometer a paz internacional. Consequentemente, a primeira obrigação que nos cumpre é esgotar todos os meios pacíficos de fazer valer os nossos direitos e dos nossos cidadãos, de preferência

e a impressão que deixou nos círculos diplomáticos

rencia ao recurso, nas presentes circunstâncias, e actos de guerra como sejam o bloqueio naval e aéreo da China vermelha».

E prossegue: «Continua a existir uma vasta força militar russa que excede grandemente todas as necessidades defensivas. Os comunistas chineses mantêm-se agressivos. Em cada nação livre há uma rede comunista que procura inverter a ordem instaurada. E' por isso que devemos continuar alertas».

«A maior contribuição que podemos dar à paz é estarmos preparados para a luta»

O chefe da diplomacia russa enuncia então as razões por que os Estados Unidos, contrariamente ao que se verificou em 1914 e 1939, estão decididos a garantir a sua defesa contra um ataque armado. E afirma: «Entendemos que a maior contribuição que podemos dar à paz consiste em estarmos preparados para a luta, se necessário, em dispormos dos recursos e em contarmos com aliados que garantiriam a derrota de um agressor. Isto não significa que sejamos arrogantes, provocadores ou militaristas. Significa que procuramos a paz, não apenas com o coração, mas com o cérebro também».

E' com este espírito, diz ainda o orador, que os Estados Unidos fazem preparativos militares que desencoragem a guerra. Um agressor eventual deve saber que não poderá destruir os Estados Unidos num ataque de surpresa e que os Estados Unidos dispõem dos meios para contra-atacar. A este respeito, Dulles declara que os ataques que o «Strategic Air Command» poderia lançar como represália «causariam danos muito superiores àqueles que os aviões vermelhos seriam capazes de infligir aos Estados Unidos».

Falando do sistema de bases americanas no estrangeiro e dos recentes acordos de defesa americano-canadianos, prossegue: «O nosso sistema continental defensivo depende do Canadá, e as nações livres não podem dispor de uma força efectiva de re-

presálias para desanimar a agressão não tendo bases aéreas em pontos grandemente dispersos».

A importância da Europa Ocidental

Depois de salientar a particular importância dos «grandes oceanos do Globo serem dominados por nações livres e «amigas», o secretário de Estado refere-se à importância da Europa Ocidental: «Com a sua vastíssima potência industrial, é um trunfo de primeira grandeza para quem procurasse a dominação mundial. Por isso mesmo, a Europa Ocidental necessita de protecção especial. Tem-a, graças à N. A. T. O. Contudo, no seu centro vital, no continente europeu, a N. A. T. O. precisa de uma unidade maior com participação alemã. Esta, a finalidade dos acordos históricos concluídos há um mês em Londres e Paris. Estes acordos deveriam pôr fim às guerras constantes entre as nações europeias. Estes acordos deveriam, ao mesmo tempo, dotar a Europa Ocidental de uma defesa eficiente. As perspectivas da unidade europeia são reforçadas pelo recente acordo de Trieste, entre a Itália e a Jugoslávia, e o futuro acordo do Sarre, entre a França e a Alemanha».

Num plano mais geral, Foster Dulles expôs que a circunstância dos Estados Unidos deverem estar preparados para «responder em pontos determinados e com os meios que entenderem», não quer dizer que «cada guerra local se transforme automaticamente numa guerra geral, com bombas atómicas largadas em todos os pontos do Globo». O essencial, acrescenta, «é que os nossos aliados e nós mesmos tenhamos ao mesmo tempo os meios e a vontade de garantir que um agressor eventual perderia mais do que ganharia se desencadeasse o seu ataque armado. O que não significa que o agressor devesse ser totalmente aniquilado; significa, preferentemente, a possibilidade de lhe infligir uma punição. Estamos convencidos de que os nossos aliados e nós mesmos detemos esta capacidade e que, enquanto a tivermos, será improvável um ataque

armado às zonas abrangidas pelos nossos acordos de segurança».

As Nações Unidas constituem um escudo contra a agressão

Dulles acrescenta, a propósito, que as Nações Unidas constituem um escudo contra a agressão flagrante. A Coreia provou que isso não era para desprezar. A nossa política é, portanto, dar um apoio vigoroso às Nações Unidas.

Referindo-se mais adiante à «subversão comunista», aponta o perigo na Ásia e em África. «Hoje, a situação no Vietnã, afirma, é particularmente precária e, na África do Norte, a situação é confusa». E, prossegue: «Certas nações asiáticas, cuja independência é recente, precisam de auxílio, mas temem recebê-lo do Ocidente, por recearem que tal apoio equivallesse a um renascimento do colonialismo. E ficam assim expostos ao comunismo, alfofre dos colonialistas mais implacáveis da História... Há que esclarecer bem que as nações asiáticas e ocidentais podem cooperar em pé de igualdade. Fez-se um grande progresso neste sentido, na Conferência de Manila, em Setembro».

Falando da política dos Estados Unidos relativamente aos países insuficientemente desenvolvidos, Dulles afirma: «Numa sociedade livre, é normal que as nações desenvolvidas emprestem dinheiro aos países insuficientemente desenvolvidos. Nos primeiros tempos da sua História, os Estados Unidos foram em parte valorizados graças aos empréstimos europeus. Hoje, são os Estados Unidos que dispõem da maior parte do capital disponível para promover o desenvolvimento de outros países. Devemos achar o meio de fazer que este capital frutifique. Trata-se de boa economia, porque os empréstimos fecundos são geralmente reembolsados, e a experiência prova que todos nós beneficiamos então de um ambiente de prosperidade».

Referindo-se ao plano proposto pelo presidente Eisenhower para a internacionalização da energia atómica com fins pacíficos, o secretário de Estado declara que, graças a esse plano, «a nação americana retoma a sua função histórica: achamos novas possibilidades de assegurar o bem-estar humano e pomos os nossos conhecimentos ao serviço pacífico de toda a Humanidade».

Por último o secretário de Estado reserva uma passagem importante do seu discurso aos «povos dominados». Diz: «Hoje, uma terça do género humano acha-se sob a tremenda servidão das ditaduras comunistas, mas não consideramos esta situação imutável».

Depois de se referir aos descontentamentos que se manifestam nas populações que vivem sob a dominação comunista, Foster Dulles afirma: «Normalmente, a libertação vem de dentro. Mas tem maior possibilidade de se manifestar se a esperança for constantemente alimentada pelo exterior. E' precisamente o que fazemos de vários modos».

O secretário de Estado fala da evolução recente das relações entre a Jugoslávia e as nações comunistas europeias: «Até a um período recente, diz, o Governo e a nação jugoslavos eram ameaçados e caluniados pelos comunistas internacionais da Hungria, da Roménia e da Bulgária, seus vizinhos. Mas, agora, a União Soviética trata a Jugoslávia com deferência, se bem que continuando a tratar com desprezo os Governos satélites da Budapeste, de Bucareste e de Sofia. Tal evolução poderá incitar estes satélites a pedir um aumento da sua independência».

E o secretário de Estado conclui: «Temos o direito de confiar, porque somos fortes e temos a garantia de uma perfeita associação com os nossos aliados».—(F. P.)

Comentários ao discurso

WASHINGTON, 30. — Os círculos diplomáticos relevam no discurso de Dulles um certo numero de elementos importantes. A primeira impressão é que a influencia de Eisenhower se mostra preponderante. Apesar dos movimentos políticos provocados na capital pelo caso dos 13 aviadores americanos condenados em Pequim, Dulles rejeita o bloqueio aéreo e naval da China, assim como o rompimento de relações diplomáticas com Moscovo, ao contrário dos pontos de vista defendidos pelo senador Knowland. Torna-se assim aparente que a política externa dos Estados Unidos se desenvolverá com o apoio dos elementos republicanos-liberais e dos democráticos. Não se trata, aliás, dum resultado das eleições. Com efeito, a política de Eisenhower nunca foi aprovada pelos republicanos da ala extrema. Dulles ventilou a hipótese do comunismo internacional adoptar uma política de duas caras: amabilidade na Europa, provocação na Ásia. Mas aqui também a moderação é evidente. «Para nós — disse o secretário de Estado — como para todos quantos desejam a paz, trata-se de procurar os meios conformes à paz e de salvaguardar dos nossos direitos internacionais.»

O discurso contém, por outro lado, algumas inovações. 1) Faz uma espécie de diferenciação entre comunis-

tas «internacionais» comunistas «rusas» e comunistas «chineses» e fala da Jugoslávia, nação comunista que em 1948 afirmou o seu «nacionalismo». 2) Confirma a revisão ou melhor a atenuação da política de «libertação dos povos cativos» enunciado por Dulles em 1953. Animada do exterior a libertação deve, porém, provir do «interior». O discurso confirma por igual que os Estados Unidos não reconhecerão mais nações, mas a sua política não exclui conferências «mesmo com aqueles que nos são hostis». 3) A diplomacia americana adopta a ideia lançada por Mendès-France segundo a qual uma eventual união da Europa Oriental faria suas as limitações e fiscalizações dos armamentos previstas nos acordos de Paris para a União da Europa Ocidental.

Finalmente, o discurso dedica lugar relativamente restrito aos programas de auxílio americano aos países deficientemente desenvolvidos, o que possivelmente se explica com a preocupação do secretário de Estado em explicar ao povo americano a nova fase de moderação na política estrangeira. Para alguns observadores a exposição de doutrina a que procedeu o secretário de Estado poderia constituir um primeiro passo de preparação de explicações internacionais mais aprofundadas. — (F. P.)

RIBATEJANO

Salvaterra de Magos

TELEFONE 14

Amanhã, almoço regional com folclore

Açorda de Savel?

Restaurante ALVALADE

Telef. 779151

Amanhã, Feriado, assim como aos domingos

Chá-Dança

Limpeza estética, a seco

Só na nossa fábrica, assim como deslustragem e impermeabilização. Basta ligar a 23422, R. da Prata, 156, s/1.

Fataça à Ribatejano

Mais um prato regional do «Ribatejano»—Salvaterra de Magos—Tel. 14.